

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

MAURÍCIO SALLES OLTRAMARI

**A CONTABILIDADE COMO CIÊNCIA SOCIAL: UMA ANÁLISE DAS VERTENTES
DE ESTUDO ATRAVÉS DA PESQUISA BIBLIOMÉTRICA NOS TRABALHOS DE
CONCLUSÃO DE CURSO NA DÉCADA DE 2005 A 2014**

CAXIAS DO SUL

2015

MAURÍCIO SALLES OLTRAMARI

**A CONTABILIDADE COMO CIÊNCIA SOCIAL: UMA ANÁLISE DAS VERTENTES
DE ESTUDO ATRAVÉS DA PESQUISA BIBLIOMÉTRICA NOS TRABALHOS DE
CONCLUSÃO DE CURSO NA DÉCADA DE 2005 A 2014**

Monografia apresentada como requisito
para a obtenção do Grau de Bacharel em
Ciências Contábeis da Universidade de
Caxias do Sul

Orientador: Prof. Dr. Marlei Salete Mecca

CAXIAS DO SUL

2015

MAURÍCIO SALLES OLTRAMARI

**A CONTABILIDADE COMO CIÊNCIA SOCIAL: UMA ANÁLISE DAS VERTENTES
DE ESTUDO ATRAVÉS DA PESQUISA BIBLIOMÉTRICA NOS TRABALHOS DE
CONCLUSÃO DE CURSO NA DÉCADA DE 2005 A 2014**

Monografia apresentada como requisito
para a obtenção do Grau de Bacharel em
Ciências Contábeis da Universidade de
Caxias do Sul

Orientador: Prof. Dr Marlei Salete Mecca

Aprovado (a) em ____/____/____

Banca Examinadora:

Presidente

Prof. Ms. Alex Eckert
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Examinadores:

Prof. Ms. Elias Milton Denicol
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Dedico a todos os meus camaradas, amigos e familiares, que me apoiaram e estiveram ao meu lado nessa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Deixo aqui os meus agradecimentos a todos que estiveram ao meu lado nessa caminhada e me auxiliaram de alguma maneira na realização deste trabalho. Em especial à minha orientadora, Prof. Dr. Marlei Salete Mecca, pela sua atenção e dedicação no processo de orientação durante todo o desenvolvimento desta monografia. Agradeço de forma especial aos meus familiares e amigos, pela compreensão e apoio dedicados a mim durante o desenvolvimento desse trabalho e à Universidade de Caxias Sul, pela estrutura e ambiente proporcionados, que foram fundamentais durante os anos do curso.

“Nossa Weltanschauung é guerreira. Está enfrentada em uma Guerra; porque nas origens do Tempo Alguém declarou uma Guerra aos Imortais, para arrebatá-lhes sua imortalidade...”

Miguel Serrano

RESUMO

A ciência contábil é um campo de estudos vasto e multifacetado, e é essa diversidade de ramos de pesquisa e aplicação que torna possível o seu estudo através de diferentes métodos e ferramentas. O aluno que pretende graduar-se no curso de ciências contábeis na Universidade de Caxias do Sul possui como requisito a realização do trabalho de conclusão de curso, no qual ele deve construir uma pesquisa científica de acordo com o tema ou área da contabilidade escolhido. Tendo em consideração o Edital do Exame de Suficiência Nº 01/2015 as áreas de pesquisa em contabilidade são treze, e se subdividem em diversas matérias ou áreas menores. Considerando os trabalhos de conclusão de curso de ciências contábeis realizados no Campus Universitário de Caxias do Sul, essa pesquisa busca responder a seguinte pergunta: Quais são as áreas de conhecimento contábil abordadas nos trabalhos de conclusão de curso de ciências contábeis na Universidade de Caxias do Sul? Para responder essa questão elaborou-se uma pesquisa de metodologia quantitativa e qualitativa através da coleta e análise de dados acerca dos trabalhos de conclusão de curso realizados na década de 2005 a 2014. Nessa pesquisa estão compiladas e classificadas as monografias realizadas nesse espaço de tempo de acordo com o Edital do Exame de Suficiência Nº 01/2015. Cada vertente de estudo contábil está analisada e quantificada tendo em consideração as áreas menores que a compõem. Chega-se à conclusão que o aumento e a diminuição do número de trabalhos em determinados campos no período analisado acompanham as mudanças na legislação que rege a profissão contábil, as novas exigências do profissional contábil e pode indicar novas tendências nessa área de atuação. É possível, através deste estudo, acompanhar o direcionamento dos temas dos trabalhos acadêmicos em ciências contábeis dentro da Universidade de Caxias do Sul no período de 2005 a 2014.

Palavras-chave: Pesquisa científica. Exame de suficiência. Campo de estudos. Ciências contábeis. Tema. Conclusão de curso.

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 – Grade curricular instituída pela lei 7.988/45.....	34
Quadro 2 – Conteúdos exigidos para o profissional contábil.....	37
Quadro 3 – Resultado Global (Período de 2005 a 2014).....	47
Quadro 4 – Contabilidade Gerencial (Período de 2005 a 2014).....	48
Quadro 5 – Controladoria (Período de 2005 a 2014).....	49
Quadro 6 – Contabilidade Geral (Período de 2005 a 2014).....	50
Quadro 7 – Noções de Direito e Legislação Aplicada (Período de 2005 a 2014).....	52
Quadro 8 – Contabilidade de Custos (Período de 2005 a 2014).....	53
Quadro 9 – Auditoria Contábil (Período de 2005 a 2014).....	54
Quadro 10 – Teoria Contábil (Período de 2005 a 2014).....	55
Quadro 11 – Legislação e Ética Profissional (Período de 2005 a 2014).....	56
Quadro 12 – Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Período de 2005 a 2014)....	57
Quadro 13 – Princípios e Normas Brasileiras de Contabilidade (Período de 2005 a 2014).....	58
Quadro 14 – Perícia Contábil (Período de 2005 a 2014).....	59

LISTA DE SIGLAS

AAA – American Accounting Association

AICPA – American Institute of certified Public Accountant

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

DRTC – Documentation Research and Training Centre

FASB – Financial Accounting Standards Board

FEA – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

IAS – International Accounting Standards

IASB – International Accounting Standards Board

IASC – International Accounting Standards Committee

IFRS – International Financial Reporting Standards

MBA – Master of business Administration

PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público

SPED – Sistema Público de Escrituração Digital

UCS – Universidade de Caxias do Sul

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO.....	11
1.2	TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA.....	13
1.3	OBJETIVOS.....	15
1.3.1	Objetivo geral.....	15
1.3.2	Objetivos específicos.....	15
1.4	METODOLOGIA.....	15
1.4.1	A ciência da informação e as origens da bibliometria.....	17
1.4.2	Os fundamentos da bibliometria: as principais leis e princípios.....	19
1.5	ESTRUTURA DO ESTUDO.....	21
2	MONOGRAFIA.....	23
2.1	AS ORIGENS DA PRÁTICA CONTÁBIL E O PERÍODO PRÉ-CIENTÍFICO DA CONTABILIDADE.....	23
2.2	O PERÍODO CIENTÍFICO DO PENSAMENTO CONTÁBIL – AS ESCOLAS EUROPEIAS.....	24
2.3	O PERÍODO MARCADO PELA NORMATIZAÇÃO CONTÁBIL – A ESCOLA AMERICANA.....	27
2.4	AS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE.....	29
2.5	AS ORIGENS DA CONTABILIDADE NO BRASIL.....	31
2.6	O ENSINO DA CONTABILIDADE NO BRASIL.....	33
2.7	CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NA UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL.....	38
2.8	AS ÁREAS DE CONHECIMENTO CONTÁBIL NO PLANO CURRICULAR DA UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL.....	39
2.9	AS ÁREAS DE CONHECIMENTO CONTÁBIL CONFORME O EXAME DE SUFICIÊNCIA.....	40
2.9.1	Teoria da Contabilidade.....	40
2.9.2	Perícia Contábil.....	41
2.9.3	Contabilidade de Custos.....	41
2.9.4	Auditoria Contábil.....	42
2.9.5	Controladoria.....	42
2.9.6	Contabilidade Financeira.....	42
2.9.7	Contabilidade Gerencial.....	43
2.9.8	Contabilidade Aplicada ao Setor Público.....	43

2.9.9	Ética Profissional Contábil.....	44
2.9.10	Contabilidade Geral.....	45
3	ANÁLISE DOS TRABALHOS.....	46
3.1	RESULTADO GLOBAL.....	46
3.1.1	Contabilidade Gerencial.....	47
3.1.2	Controladoria.....	49
3.1.3	Contabilidade Geral.....	49
3.1.4	Noções de Direito e Legislação Aplicada.....	51
3.1.5	Contabilidade de Custos.....	52
3.1.6	Auditoria Contábil.....	53
3.1.7	Teoria Contábil.....	54
3.1.8	Legislação e Ética Profissional.....	55
3.1.9	Contabilidade Aplicada ao Setor Público.....	56
3.1.10	Princípios e Normas Brasileiras de Contabilidade.....	58
3.1.11	Perícia Contábil.....	58
4	CONCLUSÃO.....	60
	REFERÊNCIAS.....	62

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

A contabilidade é um campo de estudos vasto e multifacetado que engloba uma gama de atividades analíticas e gerenciais dentro das organizações. A gestão das empresas e o controle do patrimônio das entidades pressupõem a utilização de conhecimento e técnicas específicas, aplicados às necessidades dos gestores e contadores. Essas práticas contábeis se desenvolvem e são aprimoradas à medida que as mudanças socioeconômicas exigem. Como consequência, o estudo da contabilidade se torna mais abrangente na tentativa de fornecer as informações necessárias para a tomada de decisão dos administradores e outros usuários da contabilidade (BEUREN, 2006).

Pensando nisso, é necessário entender como essas mudanças alteram o desenvolvimento e compreensão das diversas estruturas de conhecimento nas quais se subdivide a contabilidade.

Para entender as transformações dessas estruturas e identificar características comuns inerentes à sua compleição, são necessários ferramentas e métodos específicos. Um destes métodos é a pesquisa bibliométrica, através da qual se busca compreender os paradigmas emergentes em um campo científico. Essa análise, em conjunto com o estudo histórico e epistemológico que acompanha a matéria em questão, pode servir como base para identificar e mapear o rumo dos estudos de um curso superior dentro de uma instituição de ensino (ALMEIDA; MOLINA; ANEGÓN 2011).

O curso de ciências contábeis da Universidade de Caxias do Sul é um dos cursos mais tradicionais dentre as instituições do Rio Grande do Sul e do Brasil. Tendo seu início em 1968 -um ano após a fundação da Universidade- em 2014 o curso completou 46 anos contribuindo para a formação profissional de alunos e mestres na cidade de Caxias do Sul e região, e a cada ano vem aprimorando o ensino técnico e profissional através de um currículo atualizado constantemente. É de suma importância, tanto para a comunidade acadêmica quanto para os profissionais e cidadãos afins à essa área de conhecimento, compreender o rumo da contabilidade como ciência aplicada à nossa realidade socioeconômica e cultural.

Considerado tudo isso, se chega à questão central sobre a qual irá se debruçar este estudo. O presente trabalho visa realizar uma pesquisa que possa identificar e classificar o desenvolvimento e as tendências das áreas de conhecimento da contabilidade dentro da academia, na Universidade de Caxias do Sul. Nessa pesquisa está feito um levantamento bibliográfico e uma análise bibliométrica dos trabalhos de conclusão de curso da Universidade de Caxias do Sul, mais precisamente, no Campus Universitário de Caxias do Sul.

A investigação dos temas que os alunos de contábeis tem se proposto a estudar em seus trabalhos de conclusão de curso pode servir para extrair conclusões diversas. Algumas dessas conclusões podem se desdobrar alcançando áreas que não possuem como objeto de estudo o campo da contabilidade, ou seja, outras disciplinas afins com a contabilidade, e servir como subsídio a análises em outras esferas do conhecimento.

É essencial, no âmbito de identificar as mudanças do mercado de trabalho e as suas tendências para a profissão do contador em Caxias do Sul e região, compreender quais campos de estudo estão desenvolvendo-se e dando maiores oportunidades de emprego aos profissionais.

De acordo com Vanti (2002) a bibliometria é uma técnica de avaliação quantitativa que faz parte da informetria. Como a cienciometria e a webometria, ela se propõe a medir o quão ampla é a difusão do conhecimento científico e o fluxo da informação de acordo com um enfoque específico, que é diferente em cada uma dessas disciplinas. No caso particular tratado nesse trabalho, o levantamento é feito, evidentemente, através da bibliometria.

Os resultados da pesquisa poderão auxiliar, entre outras coisas, a compreender a amplitude da difusão dos campos de estudo da contabilidade entre os estudantes do curso de ciências contábeis. Esse diagnóstico pode servir também para que se possa sugerir um novo programa de pesquisa, reconhecendo as áreas que necessitam ser estudadas de forma mais extensa e detalhada. Esse resultado é um subsídio para que se possam realizar comparações com outros levantamentos e estudos semelhantes realizados em outras instituições de ensino superior, ou em outros Núcleos Universitários da Universidade de Caxias do Sul que também oferecem o curso de ciências contábeis.

Portanto, esse estudo se reveste de importância à medida que se podem vislumbrar as possibilidades de sua utilização futura. Não é apenas do interesse

daqueles que fazem parte da Universidade de Caxias do Sul compreender o rumo da área contábil no Campus Universitário de Caxias. Uma pesquisa como tal pode servir para apresentar aos alunos e professores de outras instituições uma perspectiva convincente da orientação acadêmica e profissional dos alunos de ciências contábeis. Assim como pode servir de referência para profissionais que já trabalham na área e buscam conhecimento em contabilidade e para empresas que buscam profissionais especializados para atuar em determinadas áreas do conhecimento contábil.

1.2 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

Neste trabalho estão analisadas as diferentes vertentes da área contábil escolhidas como objeto de estudo pelos alunos da Universidade em questão. Estes dados servem de base para compreender o rumo dos campos de estudo da academia contábil dentro da Universidade de Caxias do Sul, mais precisamente, no Campus Universitário de Caxias do Sul. Não obstante, é necessário compreender que uma análise como a que se propõe este estudo possuiria um grau de amplitude muito vasto, se fossem considerados todos os trabalhos de conclusão de curso de ciências contábeis realizados no Campus Universitário em questão. Portanto, é feito um recorte a partir dos trabalhos desse núcleo, ou seja, uma amostragem que considera os trabalhos realizados a partir do primeiro semestre de 2005 até o segundo semestre de 2014, compreendendo um período total de dez anos ou vinte semestres.

Neste escopo, a pesquisa identifica características específicas do profissional contábil, como por exemplo, os campos de estudo que estão mais valorizados pelos estudantes do curso de ciências contábeis no Campus de Caxias do Sul e as implicações dessas informações tendo como perspectiva a grade curricular estabelecida pela Universidade.

A decisão de realizar esse trabalho foi tomada a partir da compreensão de que o objeto de pesquisa do mesmo é de suma importância para que se possa compreender o rumo da academia contábil no âmbito da cidade de Caxias do Sul e região. Nesse trabalho é analisada a produção científica dos trabalhos de conclusão de curso, dentro e a partir de uma esfera específica, que é a Universidade de Caxias do Sul, e mais precisamente, o Campus Universitário de Caxias do Sul.

A vontade de investigar e entender com maior precisão o propósito da pesquisa científica dentro do ambiente universitário também foi decisivo para a escolha de tal tema. Desenvolver esse estudo é relevante para o aluno que deseja situar-se a par daquilo que se realiza dentro da academia.

Para que tudo isso possa ser corretamente mensurado, classificado e analisado em seu conteúdo é necessário que se realize um levantamento abrangente da produção acadêmica dos estudantes de acordo com o período estabelecido. A motivação para a escolha de um trabalho desta natureza é, não só estudar a contabilidade como ferramenta, mas como ciência social, e entender melhor qual é o interesse do contador dentro da Universidade, como estudante.

A partir da delimitação do tema já exposta anteriormente, a questão da pesquisa que este trabalho se propõe a responder é a seguinte: Quais são as áreas de conhecimento contábil abordadas nos trabalhos de conclusão de curso de Ciências contábeis na Universidade de Caxias do Sul?

A questão de pesquisa foi definida de acordo com a delimitação do tema. Os dados para a realização de tal levantamento foram coletados no arquivo do curso de ciências contábeis da Universidade em questão. Em seguida, os trabalhos são analisados com relação ao seu tema e a essência do conteúdo sobre o qual discorrem. Dessa forma, pode-se responder ao questionamento central que fundamenta esse estudo e traduzir o levantamento de dados em um diagnóstico do corpo de estudos contábil, reconhecendo, evidentemente, as limitações de tempo e espaço que delimitam a pesquisa.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Identificar as áreas do conhecimento contábil abordadas nos trabalhos de conclusão do curso de ciências contábeis da Universidade de Caxias do Sul no período de 2005 à 2014.

1.3.2 Objetivos específicos

- Fazer o levantamento bibliográfico das áreas do conhecimento contábil.
- Fazer o levantamento bibliográfico de metodologia bibliométrica.
- Efetuar uma análise bibliográfica dos trabalhos de conclusão do curso de ciências contábeis.
- Identificar tendências e crescimento do conhecimento em determinadas áreas.
- Utilizar métodos estatísticos e matemáticos para a análise dos dados coletados.
- Sugerir um programa de pesquisa futuro.

1.4 METODOLOGIA

Segundo Lakatos e Marconi (2011) todas as ciências caracterizam-se pela utilização de determinados métodos científicos; mas, em contrapartida, nem todos os campos de estudo que empregam esses métodos podem ser considerados científicos. Dessa afirmação, podemos concluir que, embora a utilização de métodos científicos não seja algo exclusivo das ciências, não pode haver ciência, e conseqüentemente, trabalho científico, sem o emprego de metodologia científica. Portanto, nos parágrafos seguintes, a metodologia adotada para a realização desse trabalho será aclarada quanto aos procedimentos, aos objetivos e à abordagem do problema.

Com relação aos procedimentos técnicos utilizados, é feita uma pesquisa de levantamento, através de metodologia bibliométrica, que serve de substrato para análises posteriores. De acordo com Gil (1999) na maioria das pesquisas de levantamento não são analisados todos os integrantes da população estudada. Portanto, é preciso selecionar uma amostra significativa do universo estudado, que é tomada como objeto para a investigação. Quanto à isso, é importante destacar que a pesquisa em questão trata-se de um levantamento bibliográfico e não um levantamento com a opinião de uma população.

Esse levantamento é feito a partir da classificação e quantificação dos temas abordados nos trabalhos de conclusão de curso dos alunos de ciências contábeis no Campus Universitário de Caxias do Sul, de acordo com uma amostragem extraída no período de 2005 à 2014.

No que diz respeito aos objetivos, esse trabalho pode ser enquadrado como descritivo em sua metodologia. De acordo com Bervian e Cervo (2002, pág. 66) “A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los”. E ainda, procura descobrir com que frequência um fenômeno ocorre, qual a sua natureza e suas características, assim como sua relação e conexão com outros fenômenos.

Assim, a análise de como as vertentes da área contábil podem ser variadas e relacionadas entre si, tendo como base os trabalhos de conclusão de curso, caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, pois analisa a frequência e a conexão dos temas escolhidos pelos alunos.

Quanto à abordagem do problema, essa pesquisa é de natureza qualitativa e quantitativa. Segundo Lakatos e Marconi (2011, pág. 269) “A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano”. Tal metodologia fornece, portanto, uma análise mais detalhada acerca dos hábitos, atitudes, tendências e comportamentos humanos. Enquanto que na metodologia quantitativa, de acordo com os mesmos autores, os pesquisadores utilizam-se de amostras amplas e informações numéricas para extrair conclusões. No conteúdo de pesquisa quantitativo é necessário distinguir três características bem definidas: objetividade, sistematização e quantificação. Tais traços devem estar evidenciados na comunicação dos resultados.

Para que os dados coletados possam ser apresentados de forma clara e objetiva são utilizadas tabelas e quadros em conjunto com a descrição dos

procedimentos utilizados.

1.4.1 A ciência da informação e as origens da bibliometria

Segundo Bufrem e Prates (2005), o desenvolvimento de possibilidades tecnológicas vem acompanhado de transformações nos formatos metodológicos de investigação, assim como a mudança na forma de tratamento, armazenamento e transferência das informações coletadas. O campo de estudos da ciência da informação, aliado ao desenvolvimento das tecnologias de informação, telecomunicação e computação é capaz de mensurar o conhecimento e a sua proliferação, e para isso, utiliza-se de técnicas estatísticas e matemáticas.

Como é destacado por Vanti (2002), a expansão tecnológica e dos diversos campos da ciência vem acompanhados de uma necessidade cada vez maior de mensurar os desenvolvimentos alcançados por meio das pesquisas científicas. Em face dessa necessidade é preciso adotar formas de medição das taxas de produtividade tanto de centros de pesquisas como de investigadores individuais. Essas técnicas de avaliação específica da produtividade podem ser quantitativas ou qualitativas. No caso das técnicas quantitativas, estão subdivididas em bibliometria, cienciometria, informetria e webometria.

A utilização destas técnicas pode determinar questões relevantes, como a identificação dos pesquisadores e das instituições de ensino com maior produtividade, os campos de estudos pesquisados com maior frequência, os autores mais consultados, entre outros. Portanto, como é afirmado por Ferreira (2010), os estudos bibliométricos não estão limitados à área da Biblioteconomia ou da ciência da informação, mas são utilizados por diversas áreas do conhecimento.

Segundo Almeida, Molina e Aneón (2011) a bibliometria aporta novos conceitos para a investigação intelectual no sentido de interpretação da estrutura científica. Desde a perspectiva da análise, se reconhece, portanto, o potencial da bibliometria como enfoque, ferramenta ou método para fornecer informações detalhadas e demonstrar as conexões reais entre os documentos, tornando mensurável o conhecimento. A aplicação dessa disciplina pode revelar a dependência entre campos de investigação e as posições epistemológicas sustentadas pelos autores.

Analisando o processo de desenvolvimento histórico da bibliometria, percebe-se que ela foi encarada com ceticismo por muitos estudiosos das diferentes áreas do conhecimento científico. Para alguns destes, o trabalho do bibliógrafo se limita –ou deve se limitar- aos aspectos exteriores da obra: sua forma e sua matéria. Para outros, a bibliografia é uma ciência auxiliar de outras ciências sendo tarefa do bibliógrafo descrever textos e manuscritos. Em outras palavras, acreditam que esse campo de estudos é útil, mas deve permanecer em sua posição de subordinação. Não obstante, como já foi destacado por diversos intelectuais, tais como o sociólogo Victor Zoltowski, e o advogado e empresário Paul Otlet, a bibliografia é mais do que uma técnica auxiliar, mas é em verdade um trabalho científico. É o campo de estudos que tem como escopo o recenseamento da produção de livros e outros documentos, e que em nossos dias, tornou-se uma ciência independente (FONSECA, 1986).

A bibliometria, em seu início, tinha como escopo a aplicação de determinadas técnicas estatísticas e matemáticas para descrever e expor aspectos da literatura e outras áreas da comunicação. Originalmente, era chamada de “bibliografia estatística”, (termo cunhado por Edward Wyndham Hulme, em 1923) enquanto o termo “bibliometria” foi criado por Paul Otlet, em 1934, na sua obra intitulada “*Traité de Documentation*” (ARAÚJO, 2006). Não obstante, foi em verdade Alan Pritchard quem popularizou o uso do termo, utilizando-o em substituição ao termo “bibliografia estatística” (VANTI, 2002).

De acordo com Vanti (2002), foi em 1948, em uma conferência realizada em Lemington Spa, no Reino Unido, que o indiano Shiyali Ramamrita Ranganathan sugeriu aos bibliotecários a necessidade de desenvolverem a bibliotecometria, em virtude da grande quantidade de obras que as bibliotecas tinham que lidar. Em 1969, no seminário anual do *Documentation Research and Training Centre* (DRTC), Ranganathan apresentou um trabalho contendo alguns exemplos de aplicação do método estatístico da biblioteconomia. Esse estudo foi pioneiro na área da ciência da informação, servindo como base -de forma conjunta à outras pesquisas- para o desenvolvimento da aplicabilidade da bibliometria.

Outros autores que deixaram como legado contribuições relevantes para a gênese dessa disciplina foram Robert Estivals, autor de vários estudos da teoria bibliométrica, e Eugene Garfield, cujo trabalho se encontra repleto de reflexões acerca dos pressupostos de suas pesquisas, assim como dos resultados obtidos.

Esses autores não se dedicaram apenas ao trabalho quantitativo; de mensuração, mas também teorizaram e propuseram reflexões (FONSECA, 1986).

1.4.2 Os fundamentos da bibliometria: as principais leis e princípios

De acordo com Araújo (2006), por bibliometria entende-se uma técnica quantitativa e estatística que objetiva a medição de índices de produção e proliferação do conhecimento de natureza científica. O termo “bibliometria” tem origem na junção de palavras do grego e do latim: *biblion*, que em grego significa livro, com *metricus* e *metrikos*, em latim e grego, respectivamente, que significam mensuração. Esse termo também pode designar um conceito usualmente descrito como o processo de medida que tem como objeto de análise um documento ou um livro. Hoje, essa designação está associada à medida de qualquer tipo de documento, ao estudo dos processos quantitativos da produção, utilização e disseminação do conhecimento, assim como técnicas de pesquisa pela internet. (BUFREM E PRATES, 2005).

Como é apontado por Almeida, Molina e Anegón (2011), a mensuração matemática das ciências é uma característica da modernidade e se expressa através das disciplinas da ciência da informação, como por exemplo, a bibliometria. Segundo os autores, é possível descrever essa disciplina como aquela que estuda de forma quantitativa os modelos da comunicação e da ciência, e os processos de produção, disseminação, armazenamento e também recuperação e utilização da informação científica. Em vista disso, seu alcance e análise estão restringidos à comunicação científica escrita e ao avanço das disciplinas.

Dentro da disciplina da bibliometria é possível citar ainda três autores que se destacaram por sua contribuição, são eles: Alfred J. Lotka, Samuel C. Bradford e George K. Zipf. Cada qual foi o criador de uma das três leis que constituem a fundamentação básica dessa ciência. Essas leis são designadas, de forma homônima a seus autores, como Lei de Lotka, Lei de Bradford e Lei de Zipf (VANTI, 2002).

A Lei de Lotka, também designada Lei do Quadrado Inverso, demonstra a medição da produtividade dos autores (VANTI, 2002). De acordo com o artigo de Alvarado (2002), essa lei enuncia que a relação entre o número de autores e o número de artigos publicados por estes, em qualquer campo do conhecimento

científico, segue a lei do Quadrado Inverso $1/n^2$. Ou seja, como é afirmado por Borschiver e Guedes (2005), em um determinado período, analisando um número n de artigos, o número de autores que escrevem dois artigos seria igual a $\frac{1}{4}$ do número de autores que só escrevem um. O número de autores que escrevem três artigos seria igual a $\frac{1}{9}$ do número de autores que escrevem apenas um, e assim de forma sucessiva.

Segundo Borschiver e Guedes (2005), essa Lei é utilizada, entre outros propósitos, para a avaliação da produtividade de pesquisadores, identificação dos centros de pesquisa mais desenvolvidos em determinada área de assunto e no reconhecimento da “magnitude” de uma área científica. Em outros termos, quanto maior for a sua “magnitude”, maior é a probabilidade de que se encontrem múltiplos artigos produzidos por seus autores.

A Lei de Bradford, ou Lei de Dispersão, permite, através da mensuração da produtividade das revistas, estabelecer o centro e as áreas de dispersão acerca de um determinado assunto, em um conjunto de revistas (VANTI, 2002). De acordo com Pinheiros (1983) o enunciado da lei diz que se os periódicos estiverem ordenados de forma decrescente a partir do critério de produtividade considerando os artigos de um determinado assunto, poderão ser distribuídos em um núcleo particularmente devotado a esse assunto.

Da mesma forma, os artigos serão distribuídos em grupos ou zonas contendo um número similar de artigos ao do núcleo toda vez que o número de periódicos e das zonas for igual a $1:n:n^2$. Bradford determinou três zonas de produtividade, para as quais estabeleceu limites para produção de periódicos: aqueles que produzem um número superior a quatro referências por ano, os que produzem mais de uma e não mais do que quatro referências anualmente, e periódicos que produzem apenas uma ou menos referências por ano (PINHEIROS, 1983).

Seguindo esta lógica, na medida em que surgem os primeiros artigos sobre um novo assunto, eles podem ser submetidos a uma seleção, por periódicos apropriados, e se aceitos, os periódicos atraem novos artigos no decorrer do desenvolvimento do campo de estudos. De forma concomitante, outros periódicos publicam os primeiros artigos sobre o tema, e se o seu desenvolvimento continua, surge um núcleo de periódicos, que representa os periódicos que mais produzem artigos sobre aquele determinado assunto. Essa Lei é um instrumento útil se aplicada no desenvolvimento de diretrizes para a aquisição e descarte de periódicos,

na gestão de sistemas para recuperação de informações, entre outros (BORSCHIVER; GUEDES, 2005).

A Lei de Zipf, também conhecida como Lei do Mínimo esforço, tem como objetivo medir a frequência do aparecimento das palavras em vários textos, o que permite gerar uma lista ordenada contendo os termos de uma determinada disciplina ou assunto (VANTI, 2002).

O linguista da Universidade de Harvard, George K. Zipf constatou que havia uma relação entre a frequência que uma palavra surgia e a sua posição na lista ordenada de termos, considerando, evidentemente, os textos que fossem suficientemente longos. Zipf percebeu que o produto da ordem de série (r) de uma palavra em sua frequência de ocorrência (f) era aproximadamente constante (c). Essa lei ficou conhecida como Primeira Lei de Zipf, e se aplica a palavras de alta frequência de ocorrência. Para as palavras de baixa frequência Zipf formulou uma segunda lei, que foi corrigida por Booth, cujo enunciado é o seguinte: em um texto, várias palavras de baixa frequência de ocorrência (ordem de série elevada) possuem a mesma frequência (BORSCHIVER; GUEDES, 2005).

A bibliometria é uma ferramenta importante na tarefa de mapear o comportamento do conhecimento científico dentro das estruturas em que ele se apresenta, não obstante, é um método limitado e não está isento de imperfeições. Como é destacado por Almeida, Molina e Aneón (2011 apud Hjørland, 2002) esse método de análise possui limitações, podendo frequentemente representar de forma parcial e imperfeita a realidade, aportando somente resultados descritivos das estruturas intelectuais e sociais de um campo de estudos. A solução para estas limitações dentro da metodologia e interpretação bibliométrica deverão ser corrigidas através da integração de métodos de análise baseados na história e na epistemologia dessas áreas do conhecimento, assim como a apreensão de conhecimentos científicos específicos provenientes dessas disciplinas.

1.5 ESTRUTURA DO ESTUDO

No primeiro capítulo é apresentada uma introdução ao assunto central tratado pelo trabalho e também algumas considerações pertinentes acerca das questões que envolvem a sua realização, e em seguida, os objetivos, a metodologia e a estrutura.

No segundo capítulo são explanadas e desenvolvidas as fundamentações teóricas que embasam o presente trabalho. Estão abordados de forma breve os períodos mais marcantes na história da contabilidade, desde os primórdios das práticas contábeis até as diretrizes e leis que instituíram o ensino superior do curso de ciências contábeis no Brasil e a harmonização da contabilidade a nível internacional. Nos subcapítulos seguintes são abordadas as diferentes áreas do conhecimento nas quais está subdividida a contabilidade, tendo em consideração o plano curricular da Universidade de Caxias do Sul. Em seguida, está explicado o método de pesquisa bibliométrico como disciplina do campo da ciência da informação. E logo, são explicitadas as três leis fundamentais do método bibliométrico: Lei de Bradford, Lei de Zipf e Lei de Lotka e algumas implicações da aplicação desses preceitos.

No terceiro capítulo são abordadas as etapas para a realização prática do trabalho e os resultados obtidos dessas aplicações tendo em consideração as metodologias de análise escolhidas.

Por fim, no quarto capítulo é apresentada uma conclusão acerca dos resultados obtidos e possíveis sugestões para estudos a serem realizados no futuro dentro do curso de ciências contábeis.

2 MONOGRAFIA

2.1 AS ORIGENS DA PRÁTICA CONTÁBIL E O PERÍODO PRÉ-CIENTÍFICO DA CONTABILIDADE

A Contabilidade é uma atividade primordial do homem. Diferentes formas de mensurar e controlar o patrimônio foram concebidas durante a história desde os primórdios das civilizações, ainda que em seu início de forma rudimentar e através de técnicas primitivas. No princípio, as preocupações dos homens estavam relacionadas à alimentação (caça, pesca e colheita) e com o controle dos elementos patrimoniais que envolviam tais atividades (COELHO; LINS, 2010).

De acordo com Lopes de Sá (1997), tudo nos indica que os responsáveis pelo desenvolvimento da contabilidade foram as primeiras sociedades, de maneira conjunta ao desenvolvimento dos Estados e dos Poderes Eclesiásticos. O aprimoramento da escrita e das formas de contar também foram decisivos para o desenvolvimento das técnicas de registros contábeis que acompanharam as mudanças nestas sociedades. Atividades como apurações de custos, controles da produtividade, orçamentos e revisões de contas já eram praticados em registros feitos em pranchas de argila em antigas civilizações do Oriente, como a Suméria e a da Babilônia (mesopotâmia). Tais mudanças e transformações iriam se operar no seio destes povos durante milênios, desde 4.000 anos Antes de Cristo.

Mais tarde, surgiriam os primeiros reinados e monarquias e as preocupações de ordem econômica estariam voltadas primeiramente ao controle das riquezas, sob a forma de terras ou pedras preciosas. O controle dos exércitos e dos armamentos disponíveis também seriam fundamentais para que se mantivesse o domínio sobre o patrimônio acumulado (COELHO; LINS, 2010).

Com o ressurgimento da atividade econômica e o surgimento das grandes empresas, no século XIII, a contabilidade, que antes era utilizada como um meio isolado e fragmentado de registro e controle da movimentação de bens, tornou-se um instrumento de informação sistematizado, atrelado a várias atividades empresariais. Durante a idade média, essas atividades diziam respeito aos pequenos comerciantes e artesãos, que necessitavam apenas de informações simples para o controle de suas dívidas, beneficiários e dos prazos de vencimento. Eles necessitavam de informações acerca de suas contas a receber, das

negociações que realizavam, como as vendas para pessoas conhecidas e outros negócios que realizavam em seu meio de convívio. (SCHMIDT, 2000).

No contexto social e cultural da renascença, um período de muitas descobertas e do desenvolvimento incipiente de algumas ciências como a física e a astronomia, surge também um matemático que impulsiona a contabilidade de forma decisiva. Trata-se de Luca Bartolomeu de Pacioli (1445 a 1517), que publica em 1494 uma obra intitulada *La summa arithmetica, geometria, proportioni et proportionalitá*. Neste tratado, entre outras coisas, Pacioli expõem em *De computis et scripturis*, uma explicação acerca de uma forma de controle contábil baseado num método que se denomina Partidas Dobradas. Nessa mesma época, se origina a primeira escola de pensamento contábil, denominada Escola Contista (COELHO; LINS, 2010).

Além da figura de Pacioli, houveram contribuições notáveis de Leonardo Fibonacci, Alvise Casanova, Angelo Pietra, Ludovico Flori e vários outros autores durante a gênese do pensamento desta escola. Este período da história da contabilidade ficou denominado como pré-científico. (SCHMIDT, 2000).

2.2 O PERÍODO CIENTÍFICO DO PENSAMENTO CONTÁBIL – AS ESCOLAS EUROPEIAS

De acordo com Carvalho, Ludícibus e Martins (2005), a doutrina contábil é fruto do devir dos fatos econômico-financeiros na história, e sua face científica se desvela no encontro entre essa realidade e o modelo para acolhê-la e descrevê-la segundo os paradigmas de uma metodologia própria. Tal metodologia se inscreve no âmbito científico, sempre apoiando-se em disciplinas afins, tais como o Direito, a Economia e a Ciência da Informação, por exemplo. O imperativo de servir às questões práticas que envolvem a contabilidade não atrapalham, mas em verdade valorizam as suas especulações teóricas enquanto campo de estudo científico.

Segundo Lopes de Sá (2005) o amadurecimento intelectual do conhecimento contábil teve como consequência o surgimento da ciência da contabilidade. Com a estruturação das doutrinas contábeis na primeira metade do século XIX a contabilidade passou a distinguir-se da escrituração contábil. Enquanto a técnica da escrituração é um recurso para registrar a memória dos fenômenos patrimoniais e evidenciar tais memórias, o estudo científico explica o que ocorre com

a riqueza patrimonial em suas transformações, constelando teorias derivadas de teoremas e de um conjunto de conceitos.

Como é apresentado por Lopes de Sá (2005), entende-se que a contabilidade pode ser considerada uma ciência porque atende a todos os requisitos necessários para essa atribuição, isso significa que ela possui um objeto de estudo próprio, método específico, finalidade determinada, teoremas, hipóteses, teorias, tradição, etc. Essas características, em sua totalidade, podem ser enunciadas da seguinte forma:

- a) Possuir um objeto próprio: o patrimônio aziendal;
- b) Finalidade própria e que é o aspecto de observação específica, ou seja, o da eficácia como satisfação da necessidade aziendal;
- c) Método próprio de observação e condução do raciocínio para o desenvolvimento e pesquisa e que baseia-se no indutivo axiomático e no fenomenológico;
- d) Tradição como conhecimento milenar;
- e) Utilidade, como fonte de conhecimento do comportamento da riqueza aziendal, aplicável a inúmeras utilidades (crédito, investimentos, controle, etc.)
- f) Teorias próprias como a das aziendas, do redito, do valor, das funções sistemáticas do patrimônio aziendal, etc. e também uma Teoria Geral do Conhecimento
- g) Doutrinas científicas, próprias e que estabelecem correntes de pensamentos como o patrimonialismo, neopatrimonialismo, aziendalismo, personalismo, etc.
- h) Correlação com outras ciências como a do Direito, Administração, Economia, Matemáticas, Sociologia, etc.
- i) Enuncia verdades universais e perenes sobre os fenômenos de que trata seu objeto;
- j) Permite previsões , através dos modelos que permitem os orçamentos;
- k) Permite levantamento de hipóteses, como as derivadas das doutrinas das contingências;
- l) Tem caráter analítico e enseja estudos de natureza nuclear funcional da riqueza aziendal, etc.

Diferente do que o senso comum indica, a contabilidade não é uma ciência exata, mas uma ciência social, pois está ligada à sociedade e as ações dos homens em sua análise e interpretação dos fenômenos, ou seja, está inserida em um contexto social específico e dele se nutre para formular suas construções teóricas (COLIATH, 2014).

Como é observado por Coliath (2014), a matemática é uma ferramenta quantitativa utilizada pela contabilidade para a mensuração de valores, com o objetivo de explicar e descrever os fenômenos patrimoniais de uma entidade. Enquanto a contabilidade, como toda ciência social, busca abordar um conjunto de expressões humanas em determinados processos e estruturas, possuindo a capacidade de descrever aspectos da vida em sociedade.

De acordo com Herrmann (1996), a contabilidade, juntamente com o direito e a economia, está subordinada ao subgrupo das ciências sociais e políticas. Ainda segundo Hermann (1996, p.25), a ciência contábil “trata da riqueza no seu estado de apropriação como matéria econômico-administrativa das empresas e entidades político-sociais”. Portanto, é tarefa desse campo de estudos investigar e analisar o comportamento das riquezas que compõem o patrimônio, em face das ações humanas, até certo ponto, regidas pelo princípio do livre-arbítrio. Tendo em consideração essas esclarecimentos, o autor destaca três espécies de relações que se estabelecem nesse estudo:

- a) Relações entre indivíduos que compõem a sociedade;
- b) Relações entre a riqueza coletiva e a sociedade humana;
- c) Relações entre a riqueza apropriada e as empresas e entidades a que pertencem.

Historicamente falando, o período científico da contabilidade foi aquele em que as doutrinas e as escolas de pensamento se desenvolveram, buscando identificar um objeto de estudos verdadeiro para a contabilidade, e também, no intento de buscar verdades acerca do comportamento da riqueza. O grande desenvolvimento das sociedades, das ciências e das tecnologias ocorridos a partir da Revolução Industrial foi um dos principais fatores para que ocorressem grandes avanços nesse campo de estudos. Como em todas as áreas de conhecimento científico, na contabilidade também foram concebidas teorias, e tais teorias foram expostas e defendidas pelas escolas de pensamento contábil que iriam se formar a partir do século XIX (LOPES DE SÁ, 1997).

Da concepção intelectual de uma escola, várias outras podem ser concebidas, de acordo com o direcionamento das pesquisas científicas que tomam seus líderes ou principais pensadores. Entre as principais escolas do pensamento, a partir do Contismo (que é considerada pré-científica) estão as seguintes: Materialismo substancial; Personalismo; Controlismo e Neocontismo; Reditualismo; Aziendalismo; Patrimonialismo (LOPES DE SÁ, 1997). O conhecimento científico da contabilidade e o seu desenvolvimento teve origem na Europa, mais precisamente na Itália. O contexto econômico e social daquele continente foi propício para que emergissem diversas correntes e inúmeros teóricos nesse campo de estudos (COELHO; LINS, 2010).

Cada uma das escolas citadas buscou identificar e explicar a verdadeira matéria de estudos da ciência contábil, que, por vezes era colocada como uma disciplina autônoma, e outras vezes identificada como uma disciplina situada em planos menores. Essas tendências do pensamento contábil foram transformadas em correntes, possuindo seus líderes e principais expoentes intelectuais (LOPES DE SÁ, 1997).

Segundo Coelho e Lins (2010), nesse período, conceitos e teorias defendidos por uma escola ou corrente eram frequentemente combatidos por defensores e representantes de outra corrente. Não obstante, cada uma delas foi importante na busca por verdades científicas e na sedimentação de conceitos. Estes avanços foram de grande importância para a atual configuração da organização contábil a nível internacional. Ainda assim, no século XX o continente europeu foi paulatinamente perdendo espaço no que diz respeito às questões contábeis, e as escolas europeias perderam a hegemonia do pensamento científico em detrimento da escola norte-americana.

2.3 O PERÍODO MARCADO PELA NORMATIZAÇÃO CONTÁBIL – A ESCOLA AMERICANA

No século XIX e início do século XX o continente Europeu e a América do Norte, principalmente Inglaterra e os Estados Unidos, presenciaram uma grande expansão na indústria e no comércio. Como resultado das doutrinas da *Riqueza das nações* de Adam Smith, publicada em 1776, começou a estabelecer-se um comércio

mais livre e os efeitos de todas essas transformações foram notáveis para a contabilidade (HENDRIKSEN; BREDA, 1999).

Foram diversas as mudanças que impactaram a forma de utilizar a contabilidade como ferramenta de mensuração e controle dos aspectos econômico-financeiros. Por exemplo, o advento das fábricas e da produção em massa resultou na transformação dos ativos fixos em um custo significativo dentro do processo de produção e distribuição, outorgando maior importância ao conceito de depreciação. De forma concomitante, aumentou a necessidade de informações gerenciais sobre os custos dos processos de produção e avaliação de estoques. A grande necessidade de capital e a criação das sociedades por ações foram outras mudanças que iriam requerer maior controle financeiro, práticas de gestão mais avançadas, assim como maior clareza na elaboração e divulgação de informações contábeis. (HENDRIKSEN; BREDA, 1999).

A formação da Escola Norte-Americana de contabilidade caracterizou-se, portanto, por seu aspecto prático no tratamento das questões econômico-administrativas, de acordo com as necessidades que surgiam naquela época. Suas construções teóricas foram muito limitadas e sempre estiveram, em sua concepção, atreladas a entidades profissionais da área contábil. A Escola Americana desdobrou-se em duas principais vertentes de estudo: a busca pelo progresso doutrinário da contabilidade financeira e dos relatórios contábeis e a contabilidade gerencial, com o intuito de qualificar a informação interna para a tomada de decisão (SCHMIDT, 2000).

De acordo com Schmidt (2000), as associações profissionais contábeis foram as principais propulsoras do desenvolvimento da contabilidade como doutrina nos Estados Unidos, especialmente na área da contabilidade financeira. As duas principais associações norte-americanas ligadas à contabilidade financeira são: *American Accounting Association (AAA)* e o *American Institute of Certified Public Accountants (AIPA)*. O atual estágio de desenvolvimento dessa escola de pensamento é em grande medida, consequência das ações dessas entidades. A busca pela padronização da contabilidade financeira foi um dos temas centrais do doutrinamento contábil norte-americano. Ao passar dos anos, foram criadas várias entidades com o intuito de desenvolver os estudos da prática contábil, que estava majoritariamente voltada ao setor público. Essas entidades tinham como escopo

organizar e padronizar as práticas contábeis e estabelecer padrões mínimos de desempenho para o trabalho dos profissionais.

2.4 AS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

As questões econômicas e sociais não estão mais limitadas a uma região ou país. Dependendo da magnitude das variáveis e dos atores envolvidos, elas podem projetar-se a nível global, envolvendo comunidades e povos em todas as partes do mundo. As transações comerciais ocorrem em um volume e velocidade muito maiores, das mais diversas formas, e as bolsas de valores em todos os países estão sujeitas a alterações drásticas frente aos problemas econômicos e sociais que um país ou região apresentam. As empresas, por sua vez, possuem um raio de ação muito maior e mais abrangente do que em qualquer outra época e a tendência é que essa expansão continue e adquira proporções ainda maiores nos tempos vindouros (COELHO; LINS, 2010).

Segundo Niyama e Silva (2013), a globalização foi um dos impulsos que levaram à abordagem do tema da contabilidade internacional. A comparação das práticas contábeis levou à conclusão de que procedimentos distintos se traduzem em resultados distintos, e, portanto, que as demonstrações contábeis de uma empresa podem apresentar, em determinadas situações, resultados contraditórios, quando apuradas segundo a regra de dois ou mais países. A internacionalização da contabilidade é a consequência imediata da integração de mercados produtores e consumidores de diversos países e blocos econômicos.

Por isso, as possibilidades de negócios e atuação empresarial se tornam cada vez maiores e mais diversificadas, o que gera, evidentemente, um grande fluxo de informações contábeis (COELHO; LINS, 2010). Segundo Castro (2001), “Os países que possuem um mercado de capitais eficiente e integrado, automaticamente, necessitam de informações contábeis transparentes e confiáveis...”. Ou seja, é preciso considerar que as empresas com ações espalhadas por Bolsas de Valores em diversos países só irão possuir transparência nas informações se tiverem as contas comparáveis de um país para o outro.

Como vantagem da harmonização de normas contábeis, é possível destacar a possibilidade de empresas emergentes, que estão em busca de investimentos, apresentarem suas demonstrações contábeis em linguagem inteligível à nível

internacional, e ainda, a redução de custos no gerenciamento de sistemas contábeis em diferentes países, para as empresas multinacionais. Nesse último caso, também fica facilitada a elaboração de demonstrações contábeis da matriz e suas subsidiárias situadas no exterior, sem a necessidade de realizar ajustes devido a divergências nas práticas contábeis (NIYAMA, 2008).

Por tudo isso, instituições e profissionais contábeis em todo o mundo reúnem forças para desenvolver um processo contínuo de harmonização da contabilidade em nível mundial. Essa padronização dos procedimentos contábeis possui como ideia base estabelecer uma única linguagem para todos os usuários, com um mesmo procedimento e obedecendo aos mesmos critérios. Nesse sentido, a contabilidade se direciona para uma forma única de apresentação, com padrões comuns, organizados em base a uma moeda e idioma únicos. (COELHO; LINS, 2010).

O primeiro congresso internacional de contadores ocorreu nos Estados Unidos em 1904, e a partir dessa data, outros congressos foram sendo realizados. A ideia de fundar um órgão que pudesse emitir normas em nível internacional surgiu em Sidney, Austrália, durante o 10º congresso mundial de contadores, no ano de 1972. Surge então o *International Accounting Standards Committee* (IASC). O objetivo central dessa entidade era formular um padrão de normas contábeis que pudesse ser aplicado internacionalmente (COELHO; LINS, 2010).

Os recursos para sua fundação e manutenção viriam de vários organismos internacionais de seus países-membros e de firmas de auditoria. Assim, o órgão passou a emitir pronunciamentos contábeis que seriam conhecidos como *International Accounting Standards* (IAS), publicados até o ano de 2001. Não obstante, em 2001 foi criado o *International Accounting Standards Board* (IASB) que viria a substituir o IASC, assumindo suas responsabilidades como órgão expedidor de normas (COELHO; LINS, 2010).

De acordo com a sua constituição, o IASB tem os seguintes propósitos: Desenvolver um único conjunto de normas globais de qualidade, inteligíveis e exequíveis, que requeiram informações de qualidade, transparentes e comparáveis nas demonstrações contábeis e outros relatórios financeiros. Promover a utilização e aplicação dessas normas de forma rigorosa, e ainda, promover a convergência entre normas contábeis adotadas localmente com as Normas Internacionais de Contabilidade (NIYAMA, 2008).

Em busca de uma harmonização nas práticas contábeis e uma melhor relação entre os principais mercados mundiais, a maioria dos países acaba por adotar atualmente as normas estabelecidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as denominadas IFRS (*International Financial Reporting Standard*), publicadas depois de 2001. Essas regras servem como orientação às empresas privadas com relação a procedimentos a serem observados em vários campos de ação e outras questões referentes às formas de comercialização globalizada (COELHO; LINS, 2010).

2.5 AS ORIGENS DA CONTABILIDADE NO BRASIL

Analisando as origens do pensamento contábil no Brasil percebe-se que o nosso país foi inicialmente influenciado pela escola italiana. Como na Itália, as discussões em torno das escolas - reditualista, patrimonialista, materialista, contista, etc. – também tiveram força aqui e de certa forma foram igualmente relevantes. Não obstante, além dos problemas inerentes à tentativa de transplantar para cá essas ideias concebidas em uma realidade diferente da que vivíamos no Brasil, houve dificuldades na tradução dos autores italianos. Essas traduções frequentemente apresentavam alterações de sentido em relação ao texto original. Foram poucos os autores brasileiros que buscaram ler e compreender profundamente os autores italianos (IUDÍCIBUS, 1994).

Como em todos os outros países e em todas as épocas a contabilidade passou a se desenvolver no Brasil com a expansão comercial e o aumento do fluxo econômico na região. Os métodos de controle das operações de entradas e saídas de produtos foram herdados de Portugal, país colonizador do Brasil. No entanto, esses mecanismos tiveram origem na Itália; o país que servia como referência para os contadores naquele período histórico. Ainda assim, as questões relativas ao controle e planejamento orçamentário não eram estimuladas, tanto no âmbito pessoal quanto organizacional, o que retrata uma característica cultural que perdura até hoje em nosso país (COELHO; LINS, 2010).

O comércio passou a desenvolver-se, efetivamente, com a chegada da Corte portuguesa em 1808 e a decretação da abertura dos portos. Tal fato ocasionou um aumento efetivo da emigração estrangeira, que trazia, entre outras coisas, muitas novidades da Europa. Nesse período, o profissional que exercia a contabilidade era

conhecido como “guarda-livros”, e estava encarregado da escrituração de livros mercantis das empresas comerciais. No entanto, o termo contador geral já existia, mas estava reservado para designar o profissional que atuava na área pública. (COELHO; LINS, 2010)

Na metade do século XIX, surge o Código Comercial Brasileiro, promulgado através da lei 556, de 25 de junho de 1850. Esta foi uma das primeiras manifestações da legislação como mecanismo propulsor do desenvolvimento contábil no Brasil. O Código instituiu a obrigatoriedade da escrituração contábil e também da elaboração anual da demonstração do Balanço Geral, que estaria composto de bens, direitos e obrigações das empresas (SCHMIDT, 2000).

Em 1860, por meio da Lei 1.083, que vinha aplicar algumas correções do Código Comercial, ficou determinado que as demonstrações, os balanços e documentos contábeis deveriam ser evidenciados e remetidos ao governo, de acordo com prazos pré-estabelecidos. Essa legislação também previa a obrigatoriedade da publicação dos balanços. Já em 1870 ocorre a primeira regulamentação da profissão contábil no Brasil com o reconhecimento oficial da Associação dos guarda-livros da Corte, através do decreto imperial 4.475. A promulgação desse decreto foi muito relevante para a profissão contábil, pois representou a regulamentação da primeira profissão liberal no Brasil (COELHO; LINS, 2010).

No início, as exigências que se faziam para a contratação dos profissionais eram muito similares: era necessário o conhecimento da língua portuguesa e da língua francesa, a arte de bem escrever à mão; a caligrafia, e após o surgimento das máquinas de escrever, o conhecimento da datilografia. O desenvolvimento da profissão, ainda que não fosse intenso, já era causa de um número maior de pesquisas contábeis no país. Assim, estudos mais sistematizados foram se desenvolvendo de acordo com as necessidades econômicas que surgiam. Tal processo culminou em uma incipiente estruturação no campo da educação, que veio a alicerçar as bases de um novo desenvolvimento da profissão contábil. (COELHO; LINS, 2010).

2.6 O ENSINO DA CONTABILIDADE NO BRASIL

Com o intuito de criar um curso regular que tornasse oficial a profissão contábil, surgiu no dia 20 de abril de 1902 em São Paulo, a Escola Prática de Comércio. Pelo Decreto Federal nº 1.339, de 9 de janeiro de 1905, ficariam reconhecidos oficialmente os cursos de Guarda-Livros e de Perito-Contador oferecidos pela escola e os diplomas expedidos por ela. Mais tarde, em 1905, a instituição viria a alterar seu nome para Escola de Comércio de São Paulo, para finalmente, em 1907, adotar a denominação de Escola de Comércio Álvares Penteado. Esse nome foi escolhido em homenagem a um de seus fundadores, o Conde de Álvares Penteado (SCHMIDT, 2000).

Segundo Iudícibus (1994), esta foi provavelmente a primeira escola especializada no ensino da Contabilidade fundada em solo brasileiro, tendo produzido grandes mestres como Frederico Herrmann Júnior, Coriolano Martins, Francisco D'Auria e muitos outros.

Em 1919 é criado o Instituto Paulista de Contabilidade, por iniciativa de alunos da Escola Álvares Penteado. No mesmo período, se institui a implantação do Imposto de Renda no Brasil, a base de cálculo era o chamado lucro real das empresas, que era o mesmo reconhecido como lucro contábil. Alguns anos mais tarde, com a publicação do Decreto nº 20.158, de 30 de julho de 1931, que tinha o intuito de organizar o ensino comercial no Brasil, ficou regulamentada a profissão de contador (SCHMIDT, 2000). Ainda em 1931, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, fica instituído o curso de contabilidade com a duração estabelecida em três anos. Com a conclusão dos dois primeiros anos do curso era concedido ao aluno o título de guarda-livros, e após a conclusão do terceiro ano, o título de perito contador (COELHO; LINS, 2010).

Em 1937 ocorre no Brasil um golpe de Estado encabeçado e articulado por Getúlio Vargas, e esse governo recém-formado estabelece uma nova constituição para o País. Alguns anos mais tarde, em 1940, é promulgado o Decreto-lei 2.627, que instituiu a primeira lei de Sociedades por Ações no Brasil, um marco que seria de grande importância para o desenvolvimento da contabilidade. No entanto, só em 1945, com a aprovação da Lei 7.988, o curso de contabilidade adquiriu o status de nível superior. Ficava instituído assim, o curso de contábeis e de ciências atuariais com a duração de quatro anos (COELHO; LINS, 2010). No quadro

1 é possível ver as matérias que faziam parte do currículo, estabelecido pelo artigo 3º da referida lei:

Quadro 1. Grade curricular instituída pela lei 7.988/45

Séries	Disciplinas
Primeira	Análise Matemática, Estatística Geral e Aplicada, Contabilidade Geral, Ciência da Administração e Economia Política
Segunda	Matemática Financeira, Ciência das Finanças, Estatística Matemática e Demográfica, Organização e Contabilidade Industrial e Agrícola e Instituição de Direito Público
Terceira	Matemática Atuarial, Organização e Contabilidade Bancária, Finanças das Empresas, Técnica Comercial, Instituições de Direito Civil e Comercial
Quarta	Organização e Contabilidade de Seguros, Contabilidade Pública, Revisões e Perícia Contábil, Instituições de Direito Social, Legislação Tributária e Fiscal e Prática de Processo civil e Comercial.

Fonte: Coelho e Lins (2010, p. 161) apud lei 7.988/45.

O ano de 1946 marcou o início de um período de grande importância para o desenvolvimento da contabilidade no Brasil. Em 26 de janeiro desse ano foi fundada a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de São Paulo, que oferecia o curso de Ciências Contábeis e Atuariais. Nesse centro, que se tornaria uma referência nacional para o desenvolvimento do pensamento contábil, reuniram-se alguns egressos da Escola Álvares Penteado, como foi o caso de Francisco D'Auria. No mesmo ano também ficou estabelecida a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Contabilidade através do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio (SCHMIDT, 2000).

Nos anos que se seguiram, o pensamento contábil no Brasil teve que enfrentar uma nova realidade, e com ela vieram novos desafios e dificuldades a serem superados tanto no campo dos estudos teóricos como nas práticas contábeis. De acordo com Martins e Lopes (2007), a concepção demasiadamente teórica da contabilidade, herança da escola italiana, já não se adaptava bem às mudanças econômicas vigentes no país nos anos 60.

O elevado desenvolvimento econômico e um mercado de capitais cada vez mais forte, aliado ao crescimento das empresas e à chegada de empresas de auditoria norte-americanas, criaram a demanda por uma contabilidade mais

pragmática, mais voltada às necessidades dos seus usuários. Por influência dos órgãos financiadores internacionais e das empresas de auditoria os profissionais começaram a se voltar para o pensamento contábil da escola anglo-saxã. Nesse sentido, é essencial destacar a importância do Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA-USP) na estruturação de um centro de pesquisas científicas na área da contabilidade. Tal iniciativa resultou na introdução de cursos de contabilidade mais pragmáticos e voltados as exigências do mercado e da nova realidade social que vivíamos no Brasil (MARTINS; LOPES, 2007).

A partir de 1964 ocorrem mudanças significativas no ensino da contabilidade na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP que se direciona para o modelo norte-americano de ensino. O Professor José Da Costa Boucinhas, adota o método didático da escola norte-americana, baseado no livro de Finney e Miller, *Introductory Accounting*, embora tenha considerado realizar varias adaptações para a realidade brasileira. Em 1971 surge o livro “Contabilidade Introdutória”, obra que seria muito importante para o ensino em faculdades de todo o Brasil (IUDÍCIBUS, 1994).

As décadas de 60 e 70 foram períodos de mudança no ensino superior nacional, não só no campo da contabilidade, mas em todas as áreas do conhecimento. Como é destacado por Coelho e Lins (2010), em 1968 entra em vigor a Lei 5.540, que institui uma reforma no ensino universitário, estabelecendo, entre outras coisas, a matrícula feita por disciplinas e o sistema de créditos. O ensino em algumas faculdades passou a ter maior ênfase no âmbito pedagógico, o que significava, em termos práticos, uma atenção maior à formação dos professores nos níveis médio e superior.

Nesse mesmo período, na década de 70, a contabilidade no Brasil estava fortemente vinculada com a escrituração e a necessidade de atender exigências fiscais, principalmente com relação ao Imposto de Renda. De forma concomitante, a educação foi marcada pelo ensino da contabilidade legalista, de vertente europeia, que pouco atendia às necessidades dos usuários, como atendem, por exemplo, as demonstrações financeiras nos Estados Unidos (NIYAMA; SILVA, 2013).

Desde então, a alteração mais significativa no ensino da contabilidade só viria a acontecer no início da década de 90. O Conselho Federal de educação, através da Resolução de 3/92, determina um currículo básico para o curso de graduação em

Ciências Contábeis. Nesse novo currículo, a duração mínima totalizava 2700 horas/aula, divididas em três categorias (COELHO; LINS, 2010).

A primeira estava reservada aos conhecimentos de formação geral, representando 15 a 25% da carga horária total, a segunda aos conhecimentos contábeis; de formação profissional, representando 55 a 75% do curso, e a terceira a atividades de formação complementar, compreendendo 10 a 20% do curso. No mesmo período, em 20 de dezembro de 1996 é emitida a Lei 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que busca uma melhoria na educação do ensino superior, propondo uma flexibilização da grade curricular. O intuito dessa proposta, é que as instituições possam incluir temas que julguem importantes, visando aproximar o ensino superior à necessidade real que o mercado tem por profissionais especializados em áreas específicas (COELHO; LINS, 2010).

Posteriormente, de acordo com a Resolução CNE/CSE 10, de 16 de Dezembro de 2004, ficariam instituídas as diretrizes curriculares nacionais e outras providências para o curso de graduação em ciências contábeis no Brasil. Enquanto que o Exame de Suficiência, requisito necessário para obtenção ou reestabelecimento de registro profissional em Conselho Regional de Contabilidade, ficaria estabelecido com base em uma resolução do CFC (Conselho Federal de Contabilidade). Resolução que não estava respaldada por lei e seria considerada ilegal em 2004, quando o exame foi suspenso.

O Exame volta a ser realizado em 2011, após a aprovação da lei nº 12.249/2010, que alterou os decretos-leis 9.295/1946 e 1.040/1969. Considerando a Resolução CNE/CSE 10, o Exame de Suficiência, e o último edital do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), de 2012, para o curso de ciências contábeis, os conteúdos exigidos para o profissional contábil estão apresentados de maneira sinóptica no quadro 2:

Quadro 2. Conteúdos exigidos para o profissional contábil.

Natureza do Conteúdo	Resolução CNE/CES 10, de 16 dezembro de 2004	Edital do Exame de Suficiência Nº 01/2015	Edital Enade 2012 – Curso de Ciências Contábeis
Conteúdos de Formação Básica	Conteúdos de Formação Básica: estudos relacionados com outras áreas do conhecimento,	Noções de Direito e Legislação Aplicada, Matemática Financeira e Estatística, Legislação e	Ética profissional, Formação Geral, Legislação societária, empresarial, trabalhista e

	sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística.	Ética Profissional, Língua Portuguesa Aplicada.	tributária.
Conteúdos de Formação Profissional	Conteúdos de Formação Profissional: estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, incluindo as noções das atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não-governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado.	Contabilidade Geral, Contabilidade de Custos, Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Contabilidade Gerencial, Controladoria, Teoria da Contabilidade, Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade, Auditoria Contábil, Perícia Contábil.	Teoria da contabilidade, Contabilidade financeira, Análise de demonstrações contábeis, Contabilidade e análise de custos, Contabilidade gerencial e Controladoria, Administração financeira, Contabilidade aplicada ao setor público, Auditoria e Perícia, - Métodos quantitativos aplicados à contabilidade.
Conteúdos de Formação Teórico-Prática	Conteúdos de Formação Teórico-Prática: Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática utilizando softwares atualizados para Contabilidade.		Sistemas e tecnologias de informações.

Até meados dos anos 2000 o número de formandos em curso técnico de contabilidade registrados no CFC era superior com relação aos Bacharéis em Ciências Contábeis. Desde 2005, e numa tendência crescente, o número de bacharéis, registrados no CFC, é maior que o de técnicos (NIYAMA; SILVA, 2013).

2.7 CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NA UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

A Universidade de Caxias do Sul é uma instituição de ensino superior fundada em Caxias do Sul no ano de 1967. Atuando nos campos de ensino, pesquisa,

extensão e inovação a UCS colabora para o desenvolvimento do estado do Rio Grande do Sul e da região da serra gaúcha, presente atualmente em nove cidades e atingindo uma população de mais de um milhão de habitantes. Além dos cursos de graduação em diversas áreas do conhecimento a Universidade oferece também programas de pós-graduação – *Master of Business Administration* (MBA), especializações, mestrados e doutorados. Centenas de professores, acadêmicos e profissionais estão envolvidos com as atividades científicas, sociais e culturais que fundamentam os programas de ensino e extensão da instituição.

No ano seguinte ao da fundação, em 1968, iniciavam-se as aulas do curso de Ciências Contábeis da Universidade de Caxias do Sul. O Bacharelado do curso foi oferecido primeiramente em Caxias do Sul. Hoje, o curso está presente nos núcleos universitários de Bento Gonçalves, Canela, Nova Prata, Farroupilha, Vacaria e São Sebastião do Caí. Em 2013 o curso completou 45 anos contribuindo com o desenvolvimento do conhecimento científico e para a formação de profissionais qualificados, tendo formado já mais de 4.300 alunos.

Desde sua fundação o curso tem atraído um grande contingente de jovens alunos e profissionais que buscam conhecimento e especialização. Sempre em conjunto com a comunidade, o Curso de Ciências contábeis tem buscado constantemente desenvolver atividades que possibilitem a integração dos acadêmicos com as atividades práticas através de convênios e projetos junto ao Conselho Regional de Contabilidade. São muitos os profissionais, alunos egressos do Curso de Ciências, que hoje estão inseridos no mercado de trabalho e nos meios empreendedores, participando do desenvolvimento social e empresarial da região.

Com as frequentes mudanças do mercado de trabalho é essencial para o profissional a busca pela atualização e o ensino constante nessa área que ganha cada vez mais relevância na gestão de empresas e da comunidade. Com um quadro de docentes qualificados e uma estrutura organizada a Universidade de Caxias do Sul oferece aos seus alunos estas oportunidades, e muitas outras que vão surgindo em conjunto com o aprendizado e a vida acadêmica ao longo do curso de Contábeis.

2.8 AS ÁREAS DE CONHECIMENTO CONTÁBIL NO PLANO CURRICULAR DA UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

Na busca pela modernização da contabilidade, novos modelos e sistemas contábeis estão sendo propostos, práticas de contabilização são revistas e modificadas de acordo com a necessidade das organizações, sempre no sentido de otimizar a informação útil para a tomada de decisão. Nesse contexto, o estudo científico dos problemas contábeis se intensifica nas universidades, seja no nível da graduação, como da pós-graduação. Novos núcleos de estudos são formados para a resolução teórica e prática desses problemas, e, quando necessário, metodologias e procedimentos se ajustam às peculiaridades das diversas áreas nas quais se subdivide o campo de estudos da contabilidade (BEUREN, 2006).

As disciplinas do currículo do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Caxias do Sul estão organizadas com o intuito de desenvolver as habilidades e competências do profissional contábil. Dessa forma, as disciplinas e atividades estão subdivididas de acordo com três núcleos de conteúdo: Formação Geral, Formação Específica e Formação Complementar.

Os conteúdos de Formação Geral estão voltados à compreensão das relações que se estabelecem na sociedade e à percepção da realidade em suas diferentes manifestações, tendo em vista a capacitação dos estudantes não apenas no âmbito científico e profissional, mas também cívico. As disciplinas de Formação Específica estão voltadas ao entendimento dos conceitos fundamentais para o campo de atuação profissional do estudante e o embasamento teórico e prático para o desenvolvimento de seu aprendizado nos diferentes campos em que poderá atuar. Os conteúdos de Formação Complementar estão direcionados ao aprofundamento de estudos de interesse do aluno e/ou desenvolver ações que irão contribuir para a sua formação científica e profissional.

2.9 AS ÁREAS DE CONHECIMENTO CONTÁBIL CONFORME O EXAME DE SUFICIÊNCIA

O Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade é requisito obrigatório para a obtenção de registro profissional para contadores e técnicos em contabilidade no Conselho Regional de Contabilidade a que estiverem sujeitos. Os

técnicos em contabilidade poderão solicitar o registro até o dia 1º de julho de 2015, de acordo com o Decreto-Lei 9.295/46 e a alteração de seu artigo 12, parágrafo 2º, pela Lei Federal nº 12.249/10, que determina que somente os bacharéis em ciências contábeis possam obter o registro no Conselho depois dessa data. Na prova do CFC, avalia-se a capacitação e os conhecimentos necessários para o exercício da profissão contábil.

Nos parágrafos que seguem, estão descritas de forma breve as grandes áreas de conhecimento avaliadas.

2.9.1 Teoria da Contabilidade

Na busca por afirmar o caráter científico da contabilidade, muitas foram as definições enunciadas para este campo de estudos. A disciplina que busca definir os conceitos científicos fundamentais do campo da contabilidade, seus aspectos teóricos, e relatar o seu desenvolvimento histórico, é conhecida como Teoria da Contabilidade (COELHO; LINS, 2010).

Não é possível dissociar a teoria da prática contábil. A primeira representa o estudo, a contemplação e a busca pela compreensão do conhecimento científico, enquanto a segunda representa a aplicação das experiências acumuladas por este estudo teórico. É possível, através da teoria contábil, explicar a transformação da contabilidade no contexto atual e as perspectivas de sua internacionalização, assim como aplicar esse conhecimento na prática cotidiana. Essa realidade nos demonstra que a teoria contábil está muito próxima da prática e que compreender as suas fundamentações é de suma importância para o profissional que trabalha na área (COELHO; LINS, 2010).

2.9.2 Perícia Contábil

A legislação acerca do Ensino Superior Contábil no Brasil promulgada a partir dos anos 1990 possibilitou ao contador exercer novamente a profissão de perito contábil. A Perícia Contábil pode ser exercida nas esferas judicial e extrajudicial. Como é afirmado por Peleias *et al.* (2011, p. 80) seu objetivo é resolver “controvérsias de natureza técnica ou científica sobre questões relativas ao patrimônio de pessoas ou sociedades.”.

Portanto, faz parte da profissão do perito contador auxiliar a tomada de decisões dos juízes federais, estaduais e os membros de tribunais arbitrais. Para isso, será necessária a execução do exame pericial contábil, realizado a partir das informações contábeis (elementos de prova) dentro da organização ou entidade em que se está realizando o trabalho.

2.9.3 Contabilidade de Custos

A relevância das informações contábeis, incluindo os dados específicos sobre os custos da empresa, já foi reconhecida há muito tempo. Com a intensificação dos processos de globalização e a concorrência cada vez mais acirrada entre as empresas o domínio de tais informações se tornou essencial. A Contabilidade de Custos visa fornecer as informações detalhadas acerca dos custos que a gestão necessita para controlar e planejar as operações atuais e futuras (VANDERBECK; NAGY, 2003).

De acordo com Pizzolato (2000) a Contabilidade de Custos apresenta o conjunto de fatos contábeis ocorridos na empresa subdivididos em unidades operacionais básicas. Essas unidades podem ser uma fábrica, um departamento, um produto ou equipamento específico, uma função produtiva ou quaisquer outras atividades e unidades às quais seja possível atribuir custos. Portanto, de acordo com o mesmo autor, seu objetivo central é “a identificação e divulgação de informações detalhadas sobre custos, que devem ser usadas para controlar as atividades da empresa, planejar suas operações e dar base aos diversos processos gerenciais.” Por tudo isso, a contabilidade de custos se apresenta como uma área fundamental no gerenciamento dos recursos da empresa.

2.9.4 Auditoria Contábil

Avaliar a posição patrimonial e as informações financeiras da empresa são tarefas necessárias na gestão contábil da organização. Tal tarefa está reservada também à disciplina contábil da Auditoria. Essa disciplina é definida por Crepaldi (2002, p. 23) como “o levantamento, estudo e avaliação sistemática das transações, procedimentos, operações, rotinas e das demonstrações contábeis deles decorrentes.”.

A Auditoria compreende, segundo o mesmo autor, o exame de documentos, livros e registros, inspeções e a obtenção de confirmações e determinadas informações a nível externo e interno, que tenham relação com o controle patrimonial. Avaliar a veracidade e a exatidão dos registros e demonstrações contábeis também fazem parte do escopo dessa disciplina.

2.9.5 Controladoria

De acordo com Martin (2002, p. 8) é consenso entre maioria dos autores que a função da Controladoria é “fornecer aos administradores das empresas a informação que eles precisam para atingir seus objetivos, de modo eficaz e eficiente”. Para compreender a controladoria é fundamental o entendimento de que todos os recursos e informações de uma entidade devem estar subordinados a uma meta; à um objetivo maior: produzir valor para a organização.

Como é explicado pelo mesmo autor, para um *controller*, a organização da empresa deve estar disposta para a execução de uma transformação produtiva, alocando recursos para a prestação de serviços ou produção de bens. Tal processo deve evidentemente estar subordinado à uma lógica de mercado, ou seja, partir do pressuposto de que exista uma demanda econômica de produtos e/ou serviços e que esta deve ser atendida.

2.9.6 Contabilidade Financeira

A contabilidade é utilizada por usuários de diferentes níveis que necessitam de informações, também, diferentes. No caso da Contabilidade Financeira, esse enfoque está nos usuários externos, tais como os acionistas controladores, os gestores de fundos, os órgãos que representam o governo, os credores, entre outros (FREZATTI; GUERREIRO, 2006).

Segundo Hansen e Mowen (1997) a Contabilidade Financeira é parte do sistema que fornece informações para os usuários externos, orientada pelos princípios contábeis. As principais diretrizes e referências conceituais dessa contabilidade são emanadas pelos órgãos reguladores, à nível internacional: *International Accounting Standard Board* (IASB), e *Financial Accounting Standard*

Board (FASB), nos Estados Unidos da América. No Brasil, essa tarefa cabe à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

2.9.7 Contabilidade Gerencial

De acordo com Aguiar, Frezatti e Guerreiro (2006 apud Louderback et al., 2000) ao mesmo tempo que se expressa de forma concisa, a Contabilidade Gerencial deve ter como pressuposto essencial a busca pela abrangência. Ela necessita ser moderna, se adaptar às mudanças tecnológicas e às mudanças das outras áreas funcionais do negócio, além de estar, evidentemente, focada nas necessidades dos gestores. Portanto, sua utilidade está voltada à otimização do gerenciamento de recursos, em prol da concretização de metas ou objetivos traçados pela organização.

Como é afirmado por Hansen e Mowen (1997), a Contabilidade Gerencial é a parte do sistema contábil cuja função é fornecer as informações para os usuários internos da contabilidade. Essas informações são processadas e analisadas no intuito de otimizar os processos produtivos ou de serviços da empresa, além de servirem como base para projeções futuras da organização.

2.9.8 Contabilidade Aplicada ao Setor Público

A Contabilidade Pública, como outras áreas de estudos da contabilidade, recebeu diversas conceituações das diferentes escolas contábeis. No entanto, por se tratar de uma área que possui características especiais que não podem ser negligenciadas, foi matéria de um estudo da Divisão de Inspeção da Contabilidade – Controladoria Central do Estado. Esse estudo definiu a Contabilidade Pública como o ramo que pesquisa, orienta, controla e explana a organização e execução da Fazenda Pública, ou seja, o patrimônio público e as mutações que ele sofre (KOHAMA, 1998).

De uma forma mais específica, podemos conceituar a Contabilidade Pública, de acordo com Kohama (1998), como o ramo da ciência contábil que tem como escopo captar, registrar, resumir e interpretar os fenômenos de natureza orçamentária, financeira, e patrimonial das entidades de direito público interno. Essas entidades são: A União, Os Estados, O Distrito Federal, Municípios e suas

respectivas autarquias. Para a consecução desses objetivos é necessária a utilização de um plano de contas, através do qual poderão ser registrados os atos e fatos de cunho administrativo. As contas desse plano estão estruturadas nos seguintes sistemas: Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e de Compensação. Essa estruturação é estabelecida de acordo com a legislação relativa às normas de direito financeiro; as normas gerais de Orçamento e Contabilidade Pública.

2.9.9 Ética Profissional Contábil

De acordo com Lopes de Sá (2004, p.15) a Ética em seu conceito amplo pode ser definida como “a ciência da conduta humana perante o ser e seus semelhantes”. É a ciência que analisa a vontade e a virtude do homem frente suas intenções e ações em relação à sua própria pessoa ou à comunidade. A ética no ambiente das organizações ganha forma na expressão dos deveres profissionais durante a execução de um trabalho. Esses deveres estão relacionados diretamente com a ação do indivíduo perante seus colegas, seus clientes, e também, à sociedade e ao Estado.

Ainda segundo o mesmo autor é possível afirmar que são deveres éticos do profissional todas as habilidades e capacidades requeridas e exigíveis para o exercício adequado da profissão. Dentre esses deveres é possível citar alguns de destaque, como por exemplo, o zelo, a honestidade, o sigilo, o rigor e a eficiência. A escolha da profissão é um aspecto importante nesse sentido, pois fica estabelecido um compromisso entre o indivíduo e o trabalho que ele se propõe a realizar, que vem acompanhado da responsabilidade por produzir um produto ou serviço de qualidade.

2.9.10 Contabilidade Geral

É possível descrever a Contabilidade Geral como a disciplina que trata, de forma ampla, dos conceitos e aplicações, dos princípios e estruturação da escrituração contábil (LOPES DE SÁ, 2008).

Nesse contexto, está incluída, de forma mais específica, a compreensão da legislação contábil e escrituração dos fatos contábeis, dos planos de contas, conceitos de capital, lucro, prejuízo e fenômenos patrimoniais. Também faz parte do

estudo dessa área a compreensão dos princípios da contabilidade e balanço patrimonial, outras demonstrações contábeis e sua natureza, além de outros conceitos referentes às atividades da empresa como despesas, custos e investimentos e o resultado do exercício (LOPES DE SÁ, 2008).

3 ANÁLISE DOS TRABALHOS

Considerando a proposta de analisar os trabalhos de conclusão do curso de ciências contábeis na década de 2005 a 2014, os dados coletados estão compilados e apresentados de maneira sinóptica em doze quadros. O Quadro 3 apresenta o número de monografias em cada ano analisado classificadas de acordo com os campos de estudo da contabilidade segundo o Edital do Exame de Suficiência N°1 de 2015. Os outros quadros que seguem apresentam o detalhamento da classificação, exibindo as áreas em que cada campo de estudo se subdivide e o número de trabalhos de conclusão de curso realizados em cada uma dessas áreas.

A escolha do Edital do Exame de Suficiência como norteador da classificação se deu pelo fato do mesmo apresentar de forma detalhada o conteúdo de cada uma das grandes áreas da contabilidade consideradas nesse estudo.

Nos subcapítulos seguintes os resultados dessa classificação estão explanados e detalhados primeiramente de uma perspectiva geral, ou seja, considerando o resultado global dos trabalhos pesquisados conforme quadro 3. De forma subsequente, a partir dos demais quadros, são analisados de maneira particular os resultados encontrados em cada terreno em que se estende a contabilidade.

3.1 RESULTADO GLOBAL

Nessa pesquisa foram analisados 1051 trabalhos, e percebe-se, a partir dos dados do quadro 3, que os campos de estudo que aparecem com maior frequência, totalizando 24,64% e 21,88% dos trabalhos são, respectivamente, Contabilidade Gerencial e Controladoria. Em seguida, se destacam os campos da Contabilidade Geral, Noções de Direito e Legislação Aplicada, e Contabilidade de Custos, com 13,61%, 11,42% e 10,18%, respectivamente. Os resultados gerais apresentam-se conforme quadro 3:

Quadro 3. Resultado Global (Período de 2005 à 2014)

Campo de Estudo	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Contabilidade Geral	13	7	15	14	20	18	17	13	13	13	143
Contabilidade de Custos	10	9	7	8	11	9	15	13	12	13	107
Contabilidade Aplicada ao Setor Público	1	0	1	1	0	0	4	2	5	4	18
Contabilidade Gerencial	22	27	26	27	18	28	34	43	17	17	259
Controladoria	25	27	24	37	29	11	17	24	22	14	230
Noções de Direito e Legislação Aplicada	9	9	4	9	14	15	11	19	11	19	120
Matemática Financeira e Estatística	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Teoria da Contabilidade	4	5	2	7	4	3	10	11	8	5	59
Legislação e Ética Profissional	2	2	0	3	6	4	3	0	1	1	22
Princípios e Normas brasileiras de Contabilidade	0	0	0	1	0	1	3	0	0	0	5
Auditoria Contábil	6	12	3	17	12	7	7	8	5	7	84
Perícia Contábil	0	0	0	0	0	0	1	1	2	0	4
Língua Portuguesa Aplicada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Soma Geral	92	98	82	124	114	96	122	134	96	93	1051

Com menor expressividade no resultado geral, estão os campos da Auditoria Contábil, Teoria Contábil, e Legislação e Ética profissional, com 8%, 5,61% e 2,09%, respectivamente. As três últimas grandes áreas que apareceram na pesquisa totalizam 1,71%, 0,48% e 0,38% e são, respectivamente, Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Princípios e Normas Brasileiras de Contabilidade, e Perícia Contábil. Nos campos da Língua Portuguesa Aplicada, e Matemática Financeira e Estatística não foram encontrados trabalhos no período analisado.

3.1.1 Contabilidade Gerencial

Como está apresentado anteriormente, na análise do resultado global, a Contabilidade Gerencial foi o tema mais escolhido pelos alunos para a realização

dos trabalhos de conclusão de curso. Essa disciplina se desdobra em três áreas menores, sendo a Análise das Demonstrações Contábeis a classificação que mais reúne trabalhos no período analisado, com 59,46% do total. A área que concentrou o restante dos trabalhos, com 40,54%, foi Custos para Decisão. Segue a classificação dos trabalhos conforme o quadro 4:

Quadro 4. Contabilidade Gerencial (Período de 2005 a 2014)

Área	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
a) Custos para Decisão.	7	8	10	9	5	13	17	20	10	6	105
b) Custos para Controle.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
c) Análise das demonstrações contábeis.	15	19	16	18	13	15	17	23	7	11	154
Soma Geral	22	27	26	27	18	28	34	43	17	17	259

No ano de 2012 foram 43 os trabalhos em Contabilidade Gerencial, sendo este o maior número de trabalhos realizados em um único ano nessa área, com 32,09% de um total de 134. É preciso frisar igualmente que o ano de 2012 foi aquele em que foi produzido o maior número de monografias em todo o período considerado.

O aumento mais expressivo no número de trabalhos, de 2010 à 2012, assim como a quantidade elevada destes -em comparação com o resultado global-encontrada em Contabilidade Gerencial em todo o espaço de tempo analisado, pode ter relação com as mudanças ocorridas na prática contábil. Com o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, seguindo as alterações ocorridas pela lei 11.638/07, a contabilidade passa a ter maior enfoque societário, em detrimento da prioridade que se outorgava à legislação fiscal como regra orientadora.

Como consequência dessa mudança, surge a necessidade de compreender e gerenciar melhor os recursos da empresa e as ferramentas de análise e mensuração dos processos internos destas. Questões que estão intimamente relacionadas com as áreas menores de Custos para Decisão e Análise das Demonstrações Contábeis, matérias em que se concentraram todas as monografias desse campo de estudos.

3.1.2 Controladoria

O campo de estudos da Controladoria está composto por cinco áreas menores de estudo. Segue a classificação dos trabalhos conforme quadro 5:

Quadro 5. Controladoria (Período de 2005 à 2014)

Área	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
a) Contextualização.	0	1	1	6	1	0	0	0	0	0	9
b) Planejamento e Orçamento Empresarial.	9	13	13	13	19	3	5	11	15	9	110
c) Gestão e a controladoria.	7	9	8	13	6	4	8	9	2	4	70
d) Avaliação de Desempenho.	0	1	0	0	0	2	1	0	0	1	5
e) Sistemas de Informações gerenciais.	9	3	2	5	3	2	3	4	5	0	36
Soma Geral	25	27	24	37	29	11	17	24	22	14	230

As duas áreas que mais se destacam pelo número de vezes que são tema de monografia são Planejamento e Orçamento Empresarial, e Gestão e a Controladoria totalizando 47,83% e 30,44% dos trabalhos, respectivamente. Na sequência, em ordem decrescente, estão Sistemas de Informações Gerenciais, com 15,65% dos trabalhos, Contextualização, com 3,91%, e por último, Avaliação de Desempenho, com 2,17% do total.

Esse resultado é um indicativo de que as empresas estão buscando utilizar a Controladoria como forma de planejamento econômico, interesse que se reflete nas matérias mais escolhidas pelos formandos nessa área de pesquisa.

3.1.3 Contabilidade Geral

Dentre todos os campos de estudo analisados, a Contabilidade Geral é aquele que se subdivide em maior número de áreas, totalizando dezessete áreas menores. A classificação que aparece com maior frequência nas monografias de Contabilidade Geral é Mensuração e Reconhecimento de Operações, compreendendo 46,15% dos trabalhos. Segue a classificação dos trabalhos conforme quadro 6:

Quadro 6. Contabilidade Geral (Período de 2005 a 2014)

Área	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
a) Patrimônio e Variações Patrimoniais.	1	0	0	0	0	1	0	1	0	0	3
b) Plano de contas e procedimentos de Escrituração.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
c) Mensuração e reconhecimento de operações.	4	4	8	8	15	6	6	4	9	2	66
d) Avaliação de Ativos e Passivos.	2	0	1	2	0	2	1	3	1	6	18
e) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes.	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
f) Balanço Patrimonial .	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
g) Demonstração do Resultado e Demonstração do Resultado Abrangente	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
h) Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
i) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
j) Demonstração dos Fluxos de Caixa.	5	2	5	3	3	6	4	1	1	3	33
k) Demonstração do Valor Adicionado.	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	3
l) Notas Explicativas.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
m) Combinação de Negócios.	0	0	0	1	0	2	1	0	0	0	4
n) Consolidação das Demonstrações Contábeis.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
o) Conversão das Demonstrações Contábeis para Moeda Estrangeira.	0	1	1	0	1	1	5	3	0	0	12
p) Operações fiscais, tributárias e de contribuições.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
q) Lei nº 6.404/1976 e suas alterações e as disposições do CFC relativas aos Princípios de Contabilidade bem Como as Normas Brasileiras de Contabilidade.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Soma Geral	13	7	15	14	20	18	17	13	13	13	143

Na sequência, em ordem decrescente, a área que mais aparece é Demonstração dos Fluxos de Caixa, com um total de 23,07% dos trabalhos. Enquanto Avaliação de Ativos e Passivos, e Conversão das Demonstrações

Contábeis para Moeda Estrangeira totalizam 12,59% e 8,39%, respectivamente. A matéria de estudo Combinação de Negócios aparece com 2,8% do total. Duas áreas menores aparecem com a mesma participação: 2,10%, e elas são: Patrimônio e Variações Patrimoniais, e Demonstração do Valor Adicionado. Os demais temas menores aparecem em menos de 1% dos trabalhos analisados.

É possível verificar um aumento expressivo no número de trabalhos realizados em 2009 na área de Mensuração e Reconhecimento de Operações, período em que foi aprovada a Resolução CFC Nº 1.255/2009. Considerando que tal resolução altera a forma como a contabilidade vinha sendo feita para as pequenas e médias empresas, é plausível inferir que os trabalhos dos alunos estiveram direcionados principalmente ao tratamento de questões de prática contábil. Em sua maioria, procedimentos contábeis diretamente relacionados com o conteúdo da referida resolução.

3.1.4 Noções de Direito e Legislação Aplicada

As matérias que compõem a área de Noções de Direito e Legislação Aplicada são quatro, dentre as quais Direito e Legislação Tributária se destaca por concentrar 78,34% do total dos trabalhos. Ao passo que Direito Comercial e Legislação societária, e Direito Trabalhista e Legislação Social compreendem 13,33% e 7,5% dos trabalhos, respectivamente. A área do Direito Público e Privado aparece com apenas 0,83% do número total analisado. Cabe agregar que cada uma destas áreas menores apresenta um compêndio conceitual detalhado do terreno do direito que se dedica a elucidar. Segue a classificação dos trabalhos conforme quadro 7:

Quadro 7. Noções de Direito e Legislação Aplicada (Período de 2005 a 2014)

Área	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
a) Direito Público e Privado.	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
b) Direito Trabalhista e Legislação Social.	0	1	0	0	1	0	1	1	4	1	9
c) Direito Comercial e Legislação Societária.	3	3	1	1	0	1	0	2	2	3	16
d) Direito e Legislação Tributária.	6	5	3	7	13	14	10	16	5	15	94
Soma Geral	9	9	4	9	14	15	11	19	11	19	120

É notável que a matéria de Direito e Legislação Tributária apresenta um aumento a partir do ano de 2009, quando o número de trabalhos chega a 13, em comparação ao ano de 2008, em que apresentou 7 monografias. Nos anos de 2010, 2011, 2012 e 2014 o número também é superior aos anos que antecedem 2009, sendo 2012 o ano com maior número de trabalhos, totalizando 16. É possível inferir que o aumento do interesse dos alunos nessa área esteja relacionado com a implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) a partir da instituição do Decreto nº 6.022 de 22 de janeiro de 2007. Nos anos subsequentes, diferentes fases do programa SPED viriam a ser implantadas nas empresas.

A crescente utilização, por parte das empresas, do planejamento tributário como forma de reduzir custos e otimizar resultados, é outra tendência verificável pelos resultados do quadro 7. Tendência que converge com as conclusões extraídas dos resultados encontrados no quadro 5, na área da Controladoria.

3.1.5 Contabilidade de Custos

De acordo com a classificação considerada, a Contabilidade de Custos se divide em cinco áreas menores. A área com maior concentração de trabalhos de conclusão de curso foi Controle e Registro Contábil de Custos, totalizando 57,01% dos trabalhos, enquanto a segunda maior foi Métodos de Custeio, com 30,84% do total. As matérias Sistemas de Acumulação de Custos, e Custos para Controle contabilizam cada uma 4,67% de todos os trabalhos. As áreas menores restantes, Conceitos, Objetivos e Finalidades da Contabilidade de Custos, e Classificação e Nomenclatura dos Custos totalizam 1,87% e 0,94% dos trabalhos, respectivamente.

Segue a classificação dos trabalhos conforme quadro 8:

Área	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
a) Conceitos, objetivos e finalidades da Contabilidade de Custos.	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2
b) Classificação e Nomenclatura dos Custos.	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
c) Controle e Registro Contábil de Custos.	2	8	4	4	7	5	10	7	5	9	61
d) Métodos de Custeio.	6	1	2	2	4	2	3	5	5	3	33
e) Sistemas de Acumulação de Custos.	1	0	0	0	0	0	2	1	1	0	5
f) Custos para controle.	1	0	1	0	0	2	0	0	0	1	5
Soma Geral	10	9	7	8	11	9	15	13	12	13	107

Quadro 8. Contabilidade de Custos (Período de 2005 a 2014)

Ao analisar-se a soma geral é perceptível que a partir de 2011 aumentou a frequência com a qual a Contabilidade de Custos foi tema de trabalho de conclusão de curso. Em 2010 o número de trabalhos foi de 9, enquanto no ano seguinte passa para 15, mantendo uma média de 13,25 trabalhos por ano dessa data até o ano de 2014. Esse aumento pode indicar o crescente interesse das empresas em aplicar a contabilidade de custos como uma das formas de aumentar a lucratividade.

3.1.6 Auditoria Contábil

Em Auditoria foram consideradas sete áreas menores para a classificação dos trabalhos de conclusão. Segue a classificação dos trabalhos conforme quadro 9:

Quadro 9. Auditoria Contábil (Período de 2005 a 2014)

Área	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
a) Conceito e Aplicação da Auditoria Contábil.	5	11	2	16	9	5	5	3	2	6	64
b) Estrutura Conceitual de Trabalhos de Asseguração.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
c) Objetos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com as Normas de Auditoria.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
d) Planejamento da Auditoria de Demonstrações Financeiras e Trabalhos iniciais.	1	1	1	1	3	2	1	4	3	0	17
e) Execução dos trabalhos de Auditoria.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
f) Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras.	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
g) Disposições do CFC relativas aos Princípios de Contabilidade e Resoluções e Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas de Auditoria editadas até noventa dias antes da realização do Exame.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Soma Geral	6	12	3	17	12	7	7	8	5	7	84

A matéria que concentrou o maior número de monografias foi Conceito e Aplicação da Auditoria contábil, somando 76,19% do total analisado. A área menor denominada Planejamento da Auditoria de Demonstrações Financeiras e Trabalhos Iniciais reuniu 20,24% dos trabalhos. Com menor expressividade apareceram as áreas de Formação da Opinião, e Emissão do Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Financeiras, totalizando 2,38% dos trabalhos, e Execução dos Trabalhos de Auditoria, com 1,19% do total.

3.1.7 Teoria Contábil

O campo da Teoria Contábil foi analisado aqui tendo em consideração a sua divisão em sete áreas menores, embora seja possível observar que os assuntos de alguns temas menores estejam entrelaçados em sua estrutura conceitual. Segue a classificação dos trabalhos conforme quadro 10:

Quadro 10. Teoria Contábil (Período de 2005 a 2014)

Área	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
a) Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade. Conceitos e objetivos. Usuários e suas necessidades de informações. Os diversos ramos aplicados da Contabilidade.	4	3	2	6	4	3	8	8	7	5	50
b) Escolas ou doutrinas na história da Contabilidade.	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	2
c) Evolução histórica da Contabilidade.	0	2	0	1	0	0	0	2	1	0	6
d) Reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, ganhos e perdas. Capital físico, financeiro e sua manutenção.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
e) Princípio de Contabilidade.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
f) Patrimônio Líquido e suas teorias.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
g) Características Qualitativas das Demonstrações Contábeis.	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Soma Geral	4	5	2	7	4	3	10	11	8	5	59

A maioria dos trabalhos realizados se concentra na área de Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade, com um percentual de 84,75%, e na sequência, a segunda área mais abordada é Evolução Histórica da Contabilidade, com 10,17% do total. As outras duas áreas com expressividade no período analisado foram Escolas ou Doutrinas na História da Contabilidade, com 3,39% e Características Qualitativas das Demonstrações Contábeis, com 1,69% dos trabalhos.

O aumento no número de trabalhos que se observa no item Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade, a partir do ano de 2011, pode ser um reflexo da emissão da Resolução do CFC N° 1255/2009. Os aspectos conceituais da contabilidade para pequenas e médias empresas viriam a representar -com maior frequência- tema de discussão dentro da academia.

3.1.8 Legislação e Ética Profissional

Considerando o contexto dessa pesquisa, o estudo da Legislação e Ética Profissional abarca três áreas menores. Segue a classificação dos trabalhos conforme quadro 11:

Quadro 11. Legislação e Ética Profissional (Período de 2005 a 2014)

Área	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
a) Ética geral e profissional .	2	1	0	3	4	2	2	0	0	0	14
b) Legislação sobre a ética profissional.	0	1	0	0	2	2	1	0	1	1	8
c) Legislação Profissional e de Organização dos Conselhos de Contabilidade.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Soma Geral	2	2	0	3	6	4	3	0	1	1	22

O tema da Ética Geral e Profissional é o mais abordado pelos alunos de conclusão de curso, concentrando 63,64% dos trabalhos contabilizados nessa área. Ao passo que o tema da Legislação sobre a Ética Profissional concentrou o restante das monografias, ou seja, 36,36% do total.

3.1.9 Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Em todo o período analisado o campo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público somou 18 trabalhos, que foram considerados à luz das 11 matérias menores nas quais esse campo se subdivide, listadas segundo o Edital do Exame de Suficiência. Desses trabalhos, 50% se concentraram na área de Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público, enquanto Transações no Setor Público e Registro Contábil apareceram cada uma com 11,10% do total.

As demais áreas: Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação, Planejamento e seus Instrumentos, Demonstrações Contábeis, Controle Interno, e Lei nº 4.320/1964 e Lei Complementar nº 101/2000 e as Disposições do Conselho Federal de Contabilidade bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade

Aplicadas ao Setor Público, totalizam 5,56% cada uma. Segue a classificação dos trabalhos conforme quadro 12:

Quadro 12. Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Período de 2005 a 2014)

Área	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
a) Conceituação, objeto e campo de Aplicação.	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
b) Patrimônio e Sistemas Contábeis.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
c) Planejamento e seus instrumentos.	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
d) Transações no Setor Público.	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	2
e) Registro Contábil.	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2
f) Demonstrações Contábeis.	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
g) Consolidação das demonstrações contábeis.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
h) Controle Interno.	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
i) Depreciação, amortização e exaustão.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
j) Avaliação e mensuração de ativos e passivos em entidades do setor público.	0	0	0	0	0	0	1	1	4	3	9
k) Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 e as disposições do CFC relativas aos Princípios de Contabilidade bem como as NBC Aplicadas ao Setor Público.	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Soma Geral	1	0	1	1	0	0	4	2	5	4	18

É perceptível o aumento dos trabalhos nesse campo de estudos a partir do ano de 2011, período aproximado em que se iniciava o processo de convergência gradual da contabilidade pública às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Etapa que viria a culminar com a implantação obrigatória do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) a todos os entes da

federação em 2014, com o intuito de gerar informações contábeis padronizadas e com maior transparência.

É provável que esse processo tenha influenciado o aumento de trabalhos de conclusão nessa área de pesquisa. Como exemplo, temos a concentração de trabalhos na área menor Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público. Processos contábeis que viriam a modificar-se na adoção dos padrões internacionais de contabilidade causando impacto na avaliação patrimonial das empresas.

3.1.10 Princípios e Normas Brasileiras de Contabilidade

Os Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade foram tema de 5 trabalhos de conclusão de curso no espaço de tempo desta pesquisa. Segue a classificação dos trabalhos conforme quadro 13:

Quadro 13. Princípios e Normas Brasileiras de Contabilidade (Período de 2005 a 2014)

Área	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
a) Princípios de Contabilidade.	0	0	0	1	0	1	2	0	0	0	4
b) Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
c) Normas Brasileiras de Contabilidade e Resoluções do CFC.	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
d) Possíveis alterações ou novas inclusões de Normas Brasileiras de Contabilidade e Resoluções do CFC, editadas até noventa dias antes da realização do Exame.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Soma Geral	0	0	0	1	0	1	3	0	0	0	5

As monografias realizadas classificam-se em dois temas menores: Princípios de Contabilidade, somando 80% do total analisado, e Normas Brasileiras de Contabilidade e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, completando os 20% restantes. Cabe registrar que a Resolução CFC N° 1282 emitida em 2010 deu nova redação aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, mesmo período em que se verifica a maioria dos trabalhos no campo de pesquisa analisado.

3.1.11 Perícia Contábil

De todos os grandes ramos da ciência contábil considerados nessa pesquisa, Perícia Contábil foi aquele que apareceu com menor frequência nos trabalhos de conclusão, somando 4 trabalhos no período considerado. Das cinco áreas menores compreendidas como matérias de estudo desse campo, foi Aspecto Técnico, Doutrinal, Processual e Operacional a que concentrou 50% dos trabalhos, enquanto Aspectos Profissionais contabilizou 25%, e Aplicações Práticas de Perícia Contábil 25%, igualmente. Segue a classificação dos trabalhos conforme quadro 14:

Quadro 14. Perícia Contábil (Período de 2005 a 2014)

Área	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
a) Conceito.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
b) Aspectos Profissionais.	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
c) Aspectos Técnico, Doutrinário, Processual e Operacional.	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	2
d) Legislação.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
e) Aplicações práticas de Perícia Contábil.	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Soma Geral	0	0	0	0	0	0	1	1	2	0	4

Há que reiterar-se, evidentemente, que os campos da Língua Portuguesa Aplicada, e Matemática Financeira e Estatística não foram abordados como tema de trabalho de conclusão de curso no espaço de tempo desta pesquisa.

Com esse subcapítulo conclui-se a análise detalhada das vertentes de estudo presentes nas monografias. Considerou-se aqui 1051 trabalhos científicos agrupados e examinados de acordo com a designação conceitual apresentada no Edital do Exame de Suficiência N° 01/2015. Em conformidade com a estrutura desse estudo, no capítulo seguinte serão apresentadas as conclusões finais inferidas a partir dos resultados obtidos em todas as etapas da pesquisa.

4 CONCLUSÃO

A análise desta pesquisa originou-se do objetivo de Identificar as áreas do conhecimento contábil abordadas nos trabalhos de conclusão do curso de ciências contábeis da Universidade de Caxias do Sul no período de 2005 à 2014, no campus universitário da cidade homônima.

Foram analisados ao todo 1051 trabalhos, considerados a partir das treze áreas em que se subdivide o conhecimento contábil, segundo o Edital do Exame de Suficiência Nº 01/2015. Este estudo foi realizado com o intuito de reconhecer e identificar padrões e tendências dentro da academia, e compreender como eles estão relacionados com o mundo profissional e a prática contábil nas empresas.

São inúmeras as conclusões que podem ser extraídas da análise das monografias no espaço de tempo selecionado. É possível afirmar que todo o conteúdo que engloba o estudo da contabilidade presente nesses trabalhos poderia ser matéria para discussão não apenas de uma perspectiva contábil, mas também de caráter interdisciplinar. Nos parágrafos que seguem, serão apresentadas as principais conclusões dessa pesquisa, em conformidade com os objetivos estabelecidos no início do trabalho.

Em vista dos resultados apresentados na análise global é possível inferir que as áreas de conhecimento abordadas com maior frequência pelos alunos do curso estão estreitamente ligadas à prática contábil dentro das empresas. Destacam-se as áreas que possuem maior enfoque gerencial enquanto os campos que envolvem estudo teórico extenso possuem menor expressividade no resultado. A exceção a este padrão é a área de Noções de Direito e Legislação Aplicada. Não obstante, a maioria dos trabalhos encontrados neste campo está relacionada ao planejamento tributário realizado com enfoque empresarial.

Outro ponto observável nos dados coletados é que as mudanças na legislação ou a aprovação de novas leis, como a Lei 11.638/07, pode ter influenciado o aumento da pesquisa em determinadas áreas. Contabilidade Aplicada ao Setor Público e Contabilidade Gerencial estão incluídas entre essas áreas. A adoção das normas internacionais de contabilidade foi tema para a realização de trabalhos relativos à prática contábil dentro das empresas e também nos órgãos públicos, embora com expressividade muito maior no primeiro caso.

O aumento do interesse dos alunos em matérias relacionadas à Contabilidade de Custos também é uma realidade que pode ser comprovada pelos dados. Esse aumento pode estar relacionado à adoção, por parte das empresas, de novas estratégias de mensuração e reconhecimento de custos, com vistas a aumentar a lucratividade. Em Contabilidade Geral é possível perceber que a Demonstração dos Fluxos de Caixa tem sido um tema frequentemente abordado, o que pode indicar mais uma vez a ênfase no enfoque gerencial.

Ainda que o direcionamento dos estudos acadêmicos seja promissor na área gerencial e na busca pela convergência com as normas internacionais, sugere-se temas que podem ser estudados de maneira mais extensa. Uma área que pode ser explorada é a Auditoria Contábil, uma vez que a tendência das empresas aponta para a busca cada vez maior pela transparência e exatidão na divulgação das informações contábeis aos seus usuários.

Outro ponto que merece ser destacado é que o advento das IFRS veio a reforçar a gestão do patrimônio e trazer maior transparência às demonstrações contábeis. Essa mudança ocasionou novas pesquisas em diferentes áreas, o que ficou claramente demonstrado no rumo dos trabalhos de conclusão. Enfim, é preciso frisar que as monografias analisadas demonstram que o estudo da contabilidade na Universidade de Caxias do Sul converge com o objetivo principal dessa ciência: o estudo das variações quantitativas e qualitativas dos elementos patrimoniais e o seu controle e registro através de técnicas e ferramentas próprias.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Andson Braga de; FREZATTI, Fábio; GUERREIRO, Reinaldo. **Diferenciações entre a contabilidade financeira e gerencial: uma pesquisa empírica a partir de pesquisadores de vários países**. Contabilidade Financeira, São Paulo, n. 44, p. 9-12, maio/ago. 2007.
- ALMEIDA, Rosa Lidia Veja; MOLINA, Juan Carlos Fernández; ANEGÓN, Félix de Moya. **El Enfoque bibliométrico para la identificación de paradigmas em dominios de conocimiento**. ACIMED, Havana, v. 22, n. 3, p. 251-261, 2011.
- ARAÚJO, Carlos Alberto. **Bibliometria: evolução história e questões atuais**. Em Questão, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./jun. 2006.
- BERVIAN, Pedro Alcino; CERVO, Amado Luiz. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- BRASIL, Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resoluções do CNE**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf>. Acesso em 07 de abril de 2015.
- BRASIL. Lei nº. 12.249, de 11 de junho de 2010. Altera os Decretos-Leis nos 9.295, de 27 de maio de 1946, 1.040, de 21 de outubro de 1969. In: PALÁCIO DO PLANALTO. **Código Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12249.htm>. Acesso em 07 de abril de 2015.
- BRASIL. Decreto-lei nº. 9.295, de 27 de maio de 1946. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros e dá outras providências. In: PALÁCIO DO PLANALTO. **Código Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9295.htm>. Acesso em 10 de Abril de 2015.
- BRASIL. Lei nº. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. In: PALÁCIO DO PLANALTO. **Código Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em 10 de Abril de 2015.
- BRASIL. Decreto nº. 6.022, de 22 de janeiro de 2007. Institui o Sistema Público de Escrituração Digital - Sped. In: PALÁCIO DO PLANALTO. **Código Civil**. Disponível

em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6022.htm>. Acesso em 15 de Maio de 2015.

BRASIL. Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. In: PALÁCIO DO PLANALTO. **Código Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm>. Acesso em 18 de Maio de 2015.

BRASIL. Lei complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. In: PALÁCIO DO PLANALTO. **Código Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em 19 de Maio de 2015.

BUFREM, Leilah; PRATES, Yara. **O saber científico registrado e as práticas de mensuração da informação**. Ciência da Informação, Brasília, v. 34, n. 2, p. 9-25, maio/ago. 2005.

CARVALHO, Nelson; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu. **Contabilidade: aspectos relevantes da epopeia de sua evolução**. Contabilidade Financeira, São Paulo, n. 38, p. 7-19, maio/ago. 2005.

COELHO, Cláudio U. F.; LINS, Luis dos Santos. **Teoria da contabilidade: abordagem contextual histórica e gerencial**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

COLIATH, Gleubert Carlos. **A contabilidade como ciência social e sua contribuição para o capitalismo**. ENIAC Pesquisa, Guarulhos, v. 3, n. 2, p. 275-284, jun/jul, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Edital do Exame de Suficiência nº 01/2015**. Brasília, dezembro de 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC Nº 1.255 de 2009. Aprova a NBC T 19.41 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. In: NORMAS LEGAIS. **Legislação**. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucaocfc1255_2009.htm>. Acesso em 15 de Maio de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC Nº 1.282 de 2010. Atualiza e consolida dispositivos da Resolução CFC nº 750/93, que dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade. In: NORMAS LEGAIS. **Legislação**. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/respcaocfc1282_2010.htm>. Acesso em 15 de Maio de 2015.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria contábil: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

- FERREIRA, Ana Gabriela Clipes. **Bibliometria na avaliação de periódicos científicos**. DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, jun. 2010. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/jun10/Art_05.htm>. Acesso em 19 de Outubro de 2014.
- FONSECA, Edson Nery. **Bibliometria: teoria e prática**. 1. ed. São Paulo: Cultrix, 1986.
- GUEDES, Vânia; BORSCHIVER, Suzana. **Bibliometria: uma ferramenta estatística para gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica**. In: CINFORM – Encontro Nacional de Ciência da Informação, 6., 2005, Salvador. Anais, Salvador: ICI/UFBA, 2005.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- HANSEN, D. R.; MOWEN, Maryanne M. **Cost management**. 2. ed. Cincinnati, Ohio: South-Western College Publications, 1997.
- HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDA, Michael F. Van. **Teoria da contabilidade**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- HERRMANN JR, Frederico. **Contabilidade Superior: teoria econômica da contabilidade**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- INFORMATIVO DOS 45 ANOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS, UCS. **Editorial**. Caxias do Sul, p. 2-9, junho 2013.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- LOPES, Alexsandro Broedel; MARTINS, Eliseu. **Teoria da contabilidade: uma nova abordagem**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- LOPES DE SÁ, Antonio. **Ética Profissional**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- LOPES DE SÁ, Antonio. **Fundamentos da Contabilidade Geral**. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2008.
- LOPES DE SÁ, Antonio. **História geral e das doutrinas da contabilidade**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- MARTIN, Nilton Cano. **Da contabilidade à controladoria: a evolução necessária**. Contabilidade & Finanças, São Paulo, n. 28, p. 7-28, jan/abr. 2002.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade Internacional**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Teoria da Contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

PELEIAS, Ivam Ricardo; ORNELAS, Martinho M. G. de; HENRIQUE, Marcelo Rabelo; WEFFORT, Elionor F. J. **Perícia contábil: análise das condições de ensino em cursos de ciências contábeis da região metropolitana de São Paulo**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 79-108, dez. 2011.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. **Lei de Bradford: uma reformulação conceitual**. Ciência da Informação, Brasília, v. 12, n. 2, p. 59-80, jul./dez. 1983.

PIZZOLATO, Nélio Domingues. **Introdução à contabilidade gerencial**. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

SCHMIDT, Paulo. **História do pensamento contábil**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

VANDERBECK, Edward J.; NAGY, Charles F. **Contabilidade de Custos**. São Paulo: Pioneira, 2003.

VANTI, Nadia Aurora Peres. **Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento**. Ciência da Informação, Brasília, v. 31, n. 2, p. 152-162, maio/ago. 2002

